

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Rafael Neves Soares

**Estratégias da Guerra do Paraguai (1864 – 1870):
Táticas de Recrutamento do Brasil e o Papel de Goiás no Conflito**

Goiânia,
2024.

Rafael Neves Soares

**Estratégias da Guerra do Paraguai (1864 – 1870):
Táticas de Recrutamento do Brasil e o Papel de Goiás no Conflito**

Trabalho Monográfico defendido junto ao Curso de Licenciatura em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção dos títulos de **Licenciado em História** e **Historiador**, conforme as disposições da Lei 14.038/2020.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Rincon Azevedo

Goiânia,
2024.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Rua 227, Qd. 66, n. 3669 – CEP 74.605-080 | Leste Universitário
Contato: (62) 3946 1686 | historia.pucgoias@yahoo.com.br
WhatsApp Business: (62) 3946 1686



ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 11 dias do mês de junho de 2024, entre as 19h30 e as 20h30, no auditório D da Área 2 da PUC Goiás, ocorreu a solenidade de defesa do Trabalho Monográfico:

“Estratégias da Guerra do Paraguai (1864-1870): táticas de recrutamento no Brasil e o papel de Goiás no conflito”

Apresentado por **Rafael Neves Soares**, discente do Curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Compuseram a Banca Avaliadora o **Prof. Dr. Hugo Rincon Azevedo** e o **Prof. Dr. Johnny Taliateli do Couto**, sob a presidência do primeiro.

Após quinze minutos conferidos à apresentação do Trabalho Monográfico, a Banca Avaliadora expôs suas considerações sobre os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso, conferindo ao discente a oportunidade de responder aos questionamentos. A seguir, a Banca Avaliadora passou a julgamento em sessão secreta.

Após o julgamento pela Banca Avaliadora, considerando que o discente **Rafael Neves Soares** apresentou o trabalho monográfico e respondeu **satisfatoriamente** aos questionamentos apontados pela Banca Avaliadora, foi considerado **APROVADO**, obtendo o Conceito **A**.

Goiânia, 11 de junho de 2024.

Prof. Dr. Hugo Rincon Azevedo
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Johnny Taliateli do Couto
Membro Avaliador

AGRADECIMENTOS

Neste texto, quero expressar minha gratidão aos meus principais incentivadores: meus pais, Carlos e Raimunda, que sempre me deram força para buscar novos conhecimentos e aprendizagens. Agradeço também aos meus irmãos, Joelma, Diogo e Sabrina, que estiveram presentes ao longo de toda a minha vida, e aos meus maravilhosos sobrinhos, Isabela, Carlos Felipe, Davi e Maria Laura.

Agradeço a todos os professores da PUC Goiás com quem tive o prazer de aprender, especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Hugo Rincon, que teve a paciência e a serenidade de me manter nos trilhos da produção acadêmica em um momento tão crucial da trajetória acadêmica, que é a monografia. Agradeço também ao Prof. Dr. Eduardo Reinato, que, em um dos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica, me ajudou e acreditou no meu potencial. Gostaria de agradecer ainda ao Prof. Dr. Johnny Taliateli por aceitar compor a banca, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições ao meu trabalho.

Agradeço a todos os colegas da PUC-GO. Muito obrigado! Levarei comigo inúmeras recordações dos amigos e colegas que fiz durante minha graduação. Sentirei saudades das inúmeras discussões em sala e das disputas pelos rumos e sentidos que os alunos desejam para a universidade. Em especial, agradeço ao Centro Acadêmico Sérgio Buarque de Holanda. Vocês são o bastião dos interesses dos alunos do curso; nunca se esqueçam disso.

RESUMO

Este trabalho analisa a Guerra do Paraguai, destacando os recrutamentos, táticas de batalha e a participação da província de Goiás. A historiografia do conflito molda o uso político do passado, apresentando o Brasil como protagonista e vencedor. No entanto, o Governo Imperial enfrentou dificuldades para manter o conflito prolongado, resultando em altas despesas e impactos econômicos e sociais devido à alta mortalidade entre os combatentes. A guerra foi marcada por fortificações e trincheiras em terrenos pantanosos, com o Paraguai na defensiva e os aliados sem pleno conhecimento do campo de batalha, prolongando o conflito e tornando o recrutamento impopular. Em Goiás, a guerra causou déficits nos cofres provinciais, mas também incentivou medidas para mitigar o isolamento da década de 1860, melhorando linhas de suprimento e comunicação com Mato Grosso e Rio de Janeiro. O governo provincial promoveu a expansão da produção agropecuária, comércio e abertura de novas rotas fluviais. A invasão do Paraguai começou com a tomada de uma base paraguaia pela Tríplice Aliança, mas, após meses de vitórias e muitas baixas, os aliados sofreram uma derrota significativa em Curupaiti, enfraquecendo a moral das tropas. A chegada do Marquês de Caxias no comando do exército e da esquadra imperial marcou uma reestruturação estratégica na guerra. Neste contexto, analisamos a documentação da época, especialmente as Atas do Senado, em diálogo com a historiografia, para compreender as estratégias bélicas e diplomáticas, disputas políticas, recrutamento de soldados e o papel de Goiás no conflito entre 1864 e 1870.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Estratégias; Recrutamento; Província de Goiás.

RESUMEN

Esta monografía analiza la Guerra del Paraguay, destacando los reclutamientos, tácticas de batalla y la participación de la provincia de Goiás. La historiografía del conflicto moldea el uso político del pasado, presentando a Brasil como protagonista y vencedor. Sin embargo, el Gobierno Imperial enfrentó dificultades para mantener el conflicto prolongado, resultando en altos gastos e impactos económicos y sociales debido a la alta mortalidad entre los combatientes. La guerra estuvo marcada por fortificaciones y trincheras en terrenos pantanosos, con Paraguay a la defensiva y los aliados sin pleno conocimiento del campo de batalla, prolongando el conflicto y haciendo impopular el reclutamiento. En Goiás, la guerra causó déficits en las arcas provinciales, pero también incentivó medidas para mitigar el alistamiento de la década de 1860, mejorando las líneas de suministro y comunicación con Mato Grosso y Río de Janeiro. El gobierno provincial promovió la expansión de la producción agropecuaria, el comercio y la apertura de nuevas rutas fluviales. La invasión de Paraguay comenzó con la toma de una base paraguaya por la Triple Alianza, pero, tras meses de victorias y muchas bajas, los aliados sufrieron una derrota significativa en Curupaiti, debilitando la moral. La llegada del Marqués de Caxias al mando del ejército y la escuadra imperial marcó una reestructuración estratégica en la guerra. En este contexto, analizamos la documentación de la época, especialmente las Actas del Senado, en diálogo con la historiografía, para comprender las estrategias bélicas y diplomáticas, las disputas políticas, el reclutamiento de soldados y el papel de Goiás en el conflicto entre 1864 y 1870.

Palabras clave: Guerra del Paraguay; Estrategias; Reclutamiento; Provincia de Goiás.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I: A Guerra do Brasil no Paraguai: entre a história e a historiografia.....	12
1.1. A historiografia sobre a Guerra do Paraguai	12
1.2 A Defesa nacional e as suas instituições: Exército e Guarda Nacional no pré-guerra	19
1.3 Entre a diplomacia e o belicismo.....	22
Capítulo II: Recrutamentos e táticas de Guerra: das províncias ao Front.....	26
2.1. Exército em expansão e as múltiplas realidades das províncias imperiais	26
2.2 Os recrutamentos em Goiás	31
2.3 A estratégia aliada na Guerra do Paraguai	39
2.3.1 Entre dois rios: o teatro de operações no Paraguai	39
2.3.2 O impasse em Curupaiti e a reorganização do Exército Brasileiro... ..	43
Considerações Finais	48
Referências	49

INTRODUÇÃO

A guerra como instrumento de dominação é parte da trajetória da história humana há milênios. No que se refere à história do Brasil, existem cicatrizes de um passado marcado pela violência e ferocidade, com soldados que perderam suas vidas no campo de batalha. Parte desse passado está atrelado ao conflito que mais dizimou vidas humanas em solo sul-americano, a Guerra do Paraguai, com o nosso país participando ativamente e contribuindo para a tragédia humana, que resultou em milhares de mortos. O tema nos faz refletir sobre como o conflito bélico expôs fragilidades militares do Brasil em 1864, data do início das hostilidades entre países vizinhos, marcada pela disputa do controle dos rios platinos que davam acesso ao interior da América do Sul e, para os paraguaios, uma forma de realizar seu comércio exterior via rotas marítimas. Para compreender melhor a dinâmica do curso da guerra, começaremos com uma breve apresentação das produções historiográficas e suas contribuições para o entendimento do tema. Nosso trabalho será essencialmente fundamentado na corrente historiográfica neo-revisionista¹.

Em essência, compreender a guerra significa também entender a força tanto do exército brasileiro quanto do inimigo. Nesse contexto, a situação do exército brasileiro nos anos de 1864 era preocupante, em grande parte devido ao descaso do Império Brasileiro em fornecer os aparatos necessários para seu pleno funcionamento. A lei orçamentária aprovada pelo decreto nº 1177 de 9 de setembro de 1862 previa provisões apenas para um efetivo de 14 mil homens, o que não contemplava as necessidades dos voluntários, que ultrapassaram esse número. Com o aumento das mobilizações e expansão das forças de combate em 1865, mais de dez mil homens se somaram aos 14 mil de 1862, resultando na falta de mantimentos e soldos suficientes para as tropas. Essa situação calamitosa do exército refletia o quadro geral do Império, com conflitos anteriores em outras regiões do país contando com o apoio da Guarda Nacional, do pequeno efetivo do Exército e dos estancieiros, como no sul do país durante as guerras das décadas anteriores. O estudo da Guerra do Paraguai é, portanto, instigante para quem se interessa pela história do século XIX e deseja compreender como a guerra influenciou na construção do estado-nação brasileiro.

No contexto regional, a análise de Goiás se torna crucial, uma vez que a logística envolvida no teatro de guerra em Mato Grosso tinha como eixo viário e fluvial essa província. Estrategicamente localizada no coração do território do império e compartilhando fronteira com Mato Grosso, Goiás se esforçou para fornecer as condições mínimas para os soldados que avançavam em direção às cidades mato-grossenses.

Na análise das táticas empregadas na guerra, faremos um breve percurso pela

¹ Abordaremos a corrente historiográfica neo-revisionista mais adiante nesta monografia.

sequência de eventos que se iniciou com a escolha do local de desembarque das tropas da Tríplice Aliança em Paso de la Patria, marcando o início das operações de guerra no Paraguai. Outro evento crucial foi a batalha de Curupaiti em 1866, que resultou na derrota aliada frente às forças lideradas por Solano López¹. Esta batalha representou um ponto de virada no comando das tropas aliadas, com mudanças nas forças brasileiras: o Almirante Tamandaré² foi substituído pelo Visconde de Inhaúma³ na marinha imperial, enquanto Marquês de Caxias⁴ assumiu o comando dos Corpos do Exército, contrastando com a saída de Polidoro. Após a derrota em Curupaiti, Marquês de Caxias ordenou a construção de fortificações em Tuiuti como parte de uma estratégia militar posteriormente aplicada no conflito, além de instalar telégrafos em várias bases ao longo do *front*, visando melhorar a capacidade operacional e situacional das forças de combate e utilizando balões de observação para uma melhor visão do terreno.

No que diz respeito ao método de pesquisa, este trabalho está sendo conduzido por meio de levantamentos bibliográficos e fontes primárias, incluindo as Atas do Senado (1866), e abordará uma breve revisão historiográfica. Partiremos da análise de quatro correntes historiográficas brasileiras em relação à Guerra do Paraguai: a memorialístico-militar-patriótica, composta principalmente por produções de militares, destacando-se o trabalho do Capitão Inf. Rodrigo Lirio Pedroso (2021) intitulado "A liderança militar de Caxias na Guerra do Paraguai: Modelo de conduta para os novos comandantes de fração", que estabelece um paralelo entre a experiência do comandante brasileiro na guerra e as práticas contemporâneas; a corrente dos positivistas ortodoxos, que não será central na discussão; e, destacada, a corrente neo-revisionista, exemplificada pela análise do livro "A maldita guerra: Nova História da Guerra do Paraguai", de Francisco Doratioto (2002), que representa o avanço na historiografia

¹ Francisco Solano López Carrilho (1827 – 1870), foi um governante e ditador paraguaio, liderou o país durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), buscando expandir o território e promover políticas nacionalistas. Sua morte em batalha marcou o fim do conflito e seu regime.

² O Almirante Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa (1807 – 1897), foi um líder naval brasileiro do século XIX. Reconhecido por suas habilidades estratégicas, desempenhou papel significativo na Marinha durante a Guerra do Paraguai. Tamandaré também teve relevância institucional, ocupando cargos de destaque na hierarquia naval do Brasil imperial.

³ O Visconde de Inhaúma, Joaquim José Inácio de Carvalho, foi um distinto líder militar e político luso-brasileiro do século XIX. Inhaúma desempenhou um papel crucial durante a Guerra do Paraguai, assumindo o comando da esquadra imperial após a derrota em Curupaiti. Sua liderança contribuiu para a reorganização das forças navais brasileiras e para o desfecho vitorioso do conflito. O Visconde ocupou cargos proeminentes na política imperial brasileira.

⁴ O Marquês (Duque) de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva (1803 – 1880), foi um renomado líder militar brasileiro e primeiro-ministro do século XIX. Conhecido como "O Pacificador", destacou-se por sua habilidade estratégica e comando durante conflitos internos e externos, incluindo a Guerra do Paraguai. Sua liderança foi fundamental para a vitória brasileira nesse conflito, garantindo-lhe grande prestígio nacional. Caxias também teve relevância política, ocupando cargos importantes no governo imperial brasileiro.

até os dias atuais. "Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai", de Júlio José Chiavenatto (1979), pertencente à corrente revisionista, é fortemente influenciado pelo contexto da ditadura militar brasileira, apresentando uma crítica histórica e analisando as produções militares sobre o conflito, marcadas pela disputa pelo uso do passado e da memória como instrumentos de legitimação de projetos políticos.

Nossa pesquisa também objetiva entender a construção de narrativas memorialísticas sobre a Guerra do Paraguai, desde a produção escrita iniciada no começo do conflito até as diversas correntes historiográficas que investigaram e interpretaram o evento desde o final do século XIX. Nesse sentido, torna-se necessário utilizar o aporte teórico do conceito de memória e a noção de "usos do passado" para nos auxiliar na investigação, problematização e interpretação das fontes e da historiografia.

Os conceitos de memória e de lugares de memória são pontos cardeais em nossa pesquisa. Conforme analisaram Chris Wickham e James Fentress (1992), a memória é um processo complexo, não se tratando de um simples ato mental. Esta complexidade é evidenciada por seus sinônimos, como rememorar, recordar, reconhecer, evocar, registrar e comemorar, que demonstram a amplitude do conceito. A memória abrange desde uma sensação mental privada e espontânea até uma solene cerimônia pública (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 8). Nesse contexto, Maurice Halbwachs (2003) argumenta que a memória individual se integra ao quadro de personalidade de um indivíduo e suas experiências de vida, originando lembranças. Segundo Halbwachs, a memória coletiva é uma construção social influenciada por transformações sociais. De acordo com Joël Candau (2008, p. 16), enquanto somos frutos das nossas memórias, também as construímos, produzindo uma "trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa". Paul Ricoeur (2007) afirma que a consciência individual e sua memória se integram na memória coletiva através de traços deixados por eventos que influenciaram a história de determinados grupos sociais. Estes grupos têm o poder de trazer à tona lembranças comuns, por exemplo, por meio de ritos, festas e celebrações políticas.

Nessa perspectiva, dialogamos também com a noção de "Usos do Passado" a partir do aporte teórico do historiador Enzo Traverso (2012). Nosso objetivo é compreender como as narrativas construídas sobre a Guerra do Paraguai, desde as produções contemporâneas ao conflito até as correntes historiográficas posteriores, apoiam-se na memória, ou melhor, na rememoração do evento para a edificação de projetos políticos, culminando nos usos políticos do passado.

No primeiro capítulo, intitulado "A Guerra do Brasil no Paraguai: entre história e historiografia", exploramos as diversas correntes historiográficas e interpretações acerca do conflito sul-americano. Desde os primeiros registros da memória da guerra no final do século XIX até as abordagens mais recentes na historiografia, examinando como esse contexto

histórico influenciou a formação do Exército Brasileiro. Além disso, analisamos o papel das forças armadas imperiais e da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai. Posteriormente, analisamos o conflito a partir das estratégias diplomáticas e bélicas empregados pelos Aliados.

No segundo capítulo, intitulado "Recrutamento e Estratégias de Guerra: das Províncias ao Front", examinaremos a formação e expansão do exército brasileiro através do recrutamento de soldados das diferentes províncias para participar do conflito no Paraguai. Destacaremos especialmente os recrutamentos realizados na Província de Goiás, além de analisar as estratégias militares e diplomáticas adotadas pelos dois lados do conflito, com foco nos países da Tríplice Aliança. Também abordaremos as principais batalhas que caracterizaram a participação do Brasil na Guerra do Paraguai.

CAPÍTULO I

A GUERRA DO BRASIL NO PARAGUAI: ENTRE A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

Neste capítulo apresentamos as diversas correntes historiográficas e interpretações sobre o conflito sul-americano. Nosso estudo começa com os primeiros registros da memória da guerra no final do século XIX, quando as narrativas iniciais começaram a moldar a percepção pública do evento. A partir daí, seguimos a evolução dessas narrativas até as abordagens mais recentes na historiografia, que oferecem novas perspectivas e interpretações sobre a guerra.

Examinamos como esse contexto histórico influenciou a formação do Exército Brasileiro, destacando os desafios e transformações enfrentados pelas forças armadas imperiais. Além disso, analisamos o papel crucial desempenhado pela Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai, considerando suas contribuições e limitações no esforço de guerra.

Pretendemos fornecer uma visão abrangente de como a historiografia tem interpretado a Guerra do Paraguai ao longo do tempo, destacando a importância das forças militares e a evolução do pensamento histórico sobre esse conflito que marcou profundamente a história do Brasil e da América do Sul.

1.1 A historiografia sobre a Guerra do Paraguai

A historiografia sobre a Guerra do Paraguai é fundamental para a compreensão do conflito. Nas últimas décadas, pesquisadores têm se dedicado a refletir sobre a construção e a transformação das narrativas produzidas acerca do conflito, desde o acontecimento em si até as ressignificações e representações produzidas posteriormente. Dentro dessas narrativas, podemos identificar quatro perspectivas historiográficas principais: a memorialística-militar-patriótica, a positivista, a revisionista e a neo-revisionista (SALLES, 2015, p. 30).

Esse fenômeno, que gerou diversas análises historiográficas sobre a Guerra do Paraguai, decorre do advento de novas abordagens, metodologias, interpretações e do acesso a documentação renovada. As fontes historiográficas consultadas por historiadores desde as décadas finais do século passado até os dias de hoje têm sido constantemente atualizadas. De acordo com Garcia;

Ao longo do final do século XIX e ao longo do XX foram sendo construídas diferentes interpretações acerca da Guerra do Paraguai. Militares, jornalistas,

historiadores entre outros lançaram uma gama de perspectivas sobre a guerra. Há de ter em vista que tais perspectivas de análise estão situadas em contextos históricos e políticos distintos e, sendo assim, foram motivadas por interesses e/ou ideologias diferentes (GARCIA, 2014, p. 16).

Partindo dessa premissa, observamos que as narrativas, seja sobre a Guerra do Paraguai ou outras temáticas investigadas pela historiografia, contêm interpretações que revelam fins políticos e sociais. As diferentes correntes historiográficas utilizam variadas metodologias e oferecem diversas formas de interpretação. "As primeiras narrativas de vocação historiográfica sobre o conflito foram construídas após sua conclusão, nos últimos anos do Império. O golpe republicano de 1889 deu-se sob a égide da alta oficialidade do Exército, principal interessada na consolidação dessas leituras apologéticas" (MAESTRI, 2003, p. 1). Tal narrativa, inserida no contexto do pós-guerra, é comumente definida como memorialístico-militar-patriótica.

Após o golpe republicano de 1889, com a transição do sistema monárquico para o republicano, iniciou-se um embate em torno da memória nacional brasileira e de seus símbolos. Nos primeiros anos da República, houve um movimento de contestação por parte de republicanos de uma corrente mais positivista. Esses republicanos viam nas narrativas memorialísticas-militar-patrióticas uma exaltação das ações do Brasil enquanto estado imperial. Eles criticavam as produções sobre a Guerra do Paraguai que tentavam definir "heróis e vilões", apresentando o Brasil como o país civilizado e vitorioso, e seus soldados como heróis, em detrimento de um Paraguai vilão e causador da guerra. Essa ênfase estava em contramão com o pensamento dos positivistas ortodoxos, uma parte dos quais possuía um caráter mais pacifista e, portanto, contrário à guerra e aos valores atribuídos ao Império.

A análise do conflito da Guerra do Paraguai se estabeleceu como um discurso hegemônico, com a corrente memorialística-militar-patriótica prevalecendo em certa medida sobre os positivistas ortodoxos. Somente entre as décadas de 1960 e 1980 essa perspectiva hegemônica enfrentou uma análise historiográfica revisionista sobre as narrativas do conflito produzidas até então. Nesse contexto, destaca-se a obra "Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai" de Júlio José Chiavenato (1979). De acordo com Maestri:

Em geral esse revisionismo apresentou a guerra como ação imperialista e genocida apoiada pelos ingleses e explicou a resistência paraguaia a partir do pretenso caráter modernizador do Estado Lopizta. Destacou também a importância dos cativos libertados para lutarem nas tropas brasileiras. Apesar

dos importantes lapsos factuais e interpretativos, empreendia-se tentativa de análise das formações sociais envolvidas na guerra e de crítica geral da historiografia patriótico-imperialista. Procurava-se narrar os acontecimentos desde a ótica das populações envolvidas na guerra fratricida, e não das classes dominantes (MAESTRI, 2003, p. 2).

Compreende-se que a corrente revisionista apresenta uma leitura mais radical da guerra, reavaliando os motivos e agentes responsáveis pelo eclodir do conflito e atribuindo ao imperialismo estrangeiro (Inglaterra) a principal responsabilidade (SALLES, 2015, p. 33). Deve-se considerar o contexto em que foi escrito "Genocídio Americano" de Júlio José Chiavenato, marcado pela repressão da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Sua produção teve significativa influência na historiografia nacional, trazendo para a discussão as populações 'marginalizadas' na história do conflito até então (MAESTRI, 2003, p. 2).

Com o avanço da historiografia nas últimas décadas do século passado, principalmente a partir da década de 1980, iniciou-se um movimento de revisão das produções acerca da Guerra do Paraguai. No contexto de redemocratização do Brasil, parte significativa da crítica feita pelos chamados neo-revisionistas inclui:

As interpretações defendidas por Pomer e Chiavenatto suscitaram, a alguns estudiosos que trataram do tema, interessantes questionamentos. Talvez um dos mais relevantes seja considerar a Guerra do Paraguai, que aconteceu em solo latino-americano e cujos países diretamente envolvidos eram também países latino-americanos, como uma guerra gerada por um país do outro lado do atlântico, a Inglaterra. Para esses intelectuais, buscar um agente exógeno para explicar a Guerra do Paraguai é desestoricizar a América Latina. É restringir-lhe a capacidade de produzir suas próprias guerras. (SALLES, 2015, p. 33).

⁵ A Ditadura Civil-Militar no Brasil, que ocorreu de 1964 a 1985, foi marcada por um regime autoritário em que o controle político do país estava nas mãos de generais designados pelas Forças Armadas com apoio de grandes grupos empresariais e altos estratos da sociedade brasileira. Durante esse período, a administração política e as decisões governamentais foram centralizadas e dominadas pelos militares e pelas elites econômicas do país, conforme analisado pelo historiador Carlos Fico (2004).

⁶ O processo de redemocratização do Brasil tornou-se mais evidente na virada da década de 1970 para 1980. Para Carlos Fico (2015) várias causas contribuíram para o desmoronamento do regime militar. O conceito de "redemocratização" remete ao processo de restauração da democracia e do estado de direito em locais onde estes haviam sido suprimidos. No Brasil, a ditadura militar, que governava o país desde 1964, começou a apresentar sinais de enfraquecimento no início da década de 1970. O governo militar enfrentava dificuldades em controlar a inflação e o crescente déficit público, o que levou o país a recorrer cada vez mais a empréstimos estrangeiros, resultando em significativos desajustes sociais. Além disso, o clima de liberdade que começava a se espalhar pelo mundo naquela época também influenciou o Brasil. Em países vizinhos como Argentina e Chile, as ditaduras militares também começaram a ruir, sinalizando uma mudança nos ventos políticos da região. Esses fatores internos e externos contribuíram para o declínio do regime militar e pavimentaram o caminho para a redemocratização do Brasil.

Tal afirmação decorre do fato de que a historiografia neo-revisionista, representada pelo livro "Maldita Guerra", escrito por Francisco Doratioto, é uma das principais produções dessa corrente historiográfica. Este trabalho constitui uma revisão das narrativas da guerra até sua publicação em 2002. A proposta desta revisão é evidenciada pelo subtítulo do livro: "Nova história da Guerra do Paraguai". Ao questionar o que há de novo na interpretação do evento, Doratioto revela algumas pistas dessa revisão em sua obra ao analisar o papel da narrativa nos discursos historiográficos sobre o tema. Segundo o autor:

Na verdade, tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada. Para uma análise mais precisa das origens e do desenrolar da guerra faltaram à historiografia conservadora, devido a época de seu surgimento, conhecimento metodológico e, mesmo, documentação acessível ao pesquisador. Dessas atenuantes, porém, não se beneficia o revisionismo, em sua vertente anti-imperialista, que tem a explicá-lo o momento histórico em que foi gerado e se desenvolveu, nas décadas de 1960 a 1980, quando as sociedades desta parte da América do Sul viviam sob ditaduras militares, que apesar de castradoras das liberdades civis, reivindicavam para si a defesa do pensamento liberal. Uma das formas de combater essas ditaduras era desmoralizar seus referenciais históricos, seus ídolos na Argentina, Mitre; no Brasil, o duque de Caxias, e seus alicerces ideológicos. Daí o espírito acrítico com que o mundo acadêmico aceitou e reproduziu, naquele momento, publicações "revisionistas" sobre a Guerra do Paraguai, que mistificavam Solano López e responsabilizavam o imperialismo britânico pelo conflito (DORATIOTO, 2002, p. 20.).

Como discutido anteriormente, a construção da memória coletiva e o uso do passado são instrumentos poderosos em grupos sociais. Seja pelas elites políticas que tentam estabelecer uma história oficial, seja pelos que, sem o poder político, buscam expressar a história dos vencidos, ambos utilizam esses recursos para seus próprios interesses, seja para manifestar a memória coletiva de um povo ou para resgatar a memória de figuras significativas na sociedade. No contexto da Guerra do Paraguai e suas interpretações, observamos que os militares não apenas se destacaram no campo de batalha, mas também na produção de registros escritos sobre seus "grandes feitos". No teatro de operações, surgiu a necessidade de registrar a história de suas instituições, resultando em uma vasta produção bibliográfica sobre o conflito.

Dentre essa extensa bibliografia, destacam-se várias obras produzidas por militares que contribuíram significativamente para as primeiras interpretações do fenômeno da guerra.

Um exemplo é a obra "A Liderança Militar de Caxias na Guerra do Paraguai: Modelo de conduta para os novos comandantes de fração" (2021) de Rodrigo Pedroso, que explora o papel do Duque de Caxias e suas contribuições para a formação dos comandantes de fração. O texto aborda o papel de liderança desempenhado por Caxias na campanha brasileira em terras paraguaias. Para o autor;

A Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra do Paraguai, teve início a vários fatores: fisiográficos, psicossociais, políticos, econômicos entre outros. As causas remotas da guerra tinham fundamentos nos primórdios da colonização da América espanhola e portuguesa, refletidas com o antagonismo econômico e político de Assunção e Buenos Aires, resultante da rivalidade antiga entre os dois núcleos coloniais e das lutas pela autonomia. Além disso, o fatalismo da posição geográfica do Paraguai, que criou extensas fronteiras terrestres sem ligação com o mar, agravada pela ideologia missionária que criou direito histórico paraguaio e grandes porções de terra em poder da Argentina e do Brasil. Assim, esses acontecimentos fizeram parte da eclosão da maior guerra da América do Sul, eternizando-se na nossa história (PEDROSO, 2021, p. 14).

Interessante destacar aqui a citação do autor "eternizando-se na nossa história". Como este evento poderia se perpetuar na memória coletiva da nação? A Guerra do Paraguai, enquanto evento histórico comprovado, é narrada de maneiras diversas que se adaptam aos contextos, frequentemente refletindo viés ideológico, uma característica intrínseca à ontologia humana, dado que todo ser humano é influenciado por ideologias. Neste contexto, a estética utilizada ao empregar a palavra "eterno" não busca apenas prolongar a memória do conflito, mas também sugere que os homens destacados para a guerra, especialmente os comandantes, também são considerados eternos. Este trecho exemplifica características da historiografia memorialista-militar-patriótica, reafirmando os valores de exaltação da nação e de seus líderes.

Uma evocação importante desse movimento historiográfico, é a ênfase no ato de “lembrar dos ‘heróis’ de guerra” em datas comemorativas, datas como a do dia do soldado em que:

O presente estudo histórico-militar, feito em forma de síntese, é uma reprodução da conferência realizada pelo autor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a 22 de agosto de 1958, em comemoração ao dia do soldado, e segundo determinação do Exmo. Sr. Gen. Hugo Panasco Alvim, Cmt. da Escola (RAPOSO, 1959, p. 4).

A edificação da memória coletiva sobre a Guerra do Paraguai, passou pela comemoração da vitória do Brasil no conflito, exaltando o papel dos “heróis nacionais” na guerra. Assim, esse processo repetiu-se diversas vezes ao longo das décadas, objetivando criar

uma cultura de exaltação aos militares que atuaram na Guerra do Paraguai. Tratou-se, pois, de uma forma de propagar esse passado por meio da criação das revistas militares. Estas, continham artigos escritos por militares, militares-historiadores e historiadores civis, expondo o ponto de vista histórico de que:

A memória coletiva atuou na construção da identidade através da institucionalização social da memória do Almirante Tamandaré. Sua busca e esforço na recuperação do passado fortaleceram uma *cultura histórica* expressa nos artigos, registros, apologias e memórias publicadas na Revista Marítima Brasileira. Tais registros estavam comprometidos com a formação de uma identidade coletiva interna da Marinha do Brasil e frente a outros grupos e instituições. (PARENTE, 2020, p. 60).

Observamos que a produção de textos da Guerra do Paraguai foi um instrumento utilizado pelos militares para propagar seus ideais institucionais, mas também de evocação dos seus “heróis”. Essa questão também pode ser observada na monumentalização de “homens notáveis” da guerra, em estátuas e bustos edificadas em memória do conflito, convertendo-se em *lugares de memória*, como concebera Pierre Nora (1993). Para o historiador, a principal razão de um espaço específico se tornar um lugar de memória está na sua habilidade de cristalizar o tempo, impedindo o esquecimento, fixando um estado de coisas, e assim, eternizando a morte (NORA, 1993). Compreendemos que os lugares de memória são vestígios de como “lembrar” o passado, representando uma consciência comemorativa dentro de uma história que a relembra. Portanto, os lugares de memória se apresentam como testemunhos de um tempo que não existe mais, símbolos de reconhecimento e pertencimento de um grupo, e da afirmação de sua identidade em sociedades que tendem a reconhecer apenas indivíduos homogêneos.

Um exemplo específico da edificação de lugares de memória da Guerra do Paraguai é a estátua do Almirante Tamandaré em Goiânia. O monumento foi revitalizado no ano de 2022, contando com incentivo da Marinha e da prefeitura de Goiânia, trocando-se o antigo busto por uma estátua de corpo inteiro sobre um pedestal. Em uma reportagem do Grupo Sagres⁷, o colunista Samuel Straioto expõe um breve histórico do projeto de construção da praça e a sua nomeação em homenagem ao patrono da Marinha Brasileira e comandante da Esquadra Imperial Brasileira do início da Guerra do Paraguai, até o término da batalha de Batalha de Curupaiti em 22 de setembro de 1866. Conforme Straioto:

⁷ Disponível em: <<https://sagresonline.com.br/praca-tamandare-dos-rachas-a-centro-comercial/>>. Acesso em: 05/05/2024.

Em 2022, a prefeitura de Goiânia construiu a base, restaurou o pedestal de mármore e fez a colocação da estátua do Almirante Tamandaré. O busto que estava na Praça Tamandaré foi substituído pela estátua de corpo todo do patrono da Marinha do Brasil. A colocação foi feita do lado oposto à instalação que representa as ondas do mar, na praça (STRAIOTO, 2023)

Na mesma reportagem, o autor sugere os motivos pelos quais o Almirante Tamandaré ter seu nome e feitos militares sempre lembrados, nas palavras de Straioto:

O nome da praça é uma homenagem ao Patrono da Marinha do Brasil, o Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré. O militar dedicou sua vida à Armada Imperial Brasileira, chegando a ser membro vitalício do Conselho Militar e de Justiça (mais tarde Supremo Tribunal Militar e, a partir de 1946, Superior Tribunal Militar). Ele comandou a Força Naval Brasileira em operações de guerra em duas importantes ocasiões: Campanha Oriental e Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (STRAIOTO, 2023).

Outra reportagem que demonstra a importância de Tamandaré para a Marinha Brasileira, como também para membros do poder executivo da capital goiana, pode ser observada em uma matéria feita pela Agência de Notícias *AFF Notícias*.⁸ Na entrevista, o secretário de Infraestrutura Urbana de Goiânia, Denes Pereira, declarou ao portal: “É importante a preservação de nossa história e a homenagem aos heróis brasileiros” (AFF Notícias, 2022).

Observamos que essas reportagens e artigos, ressaltam a tentativa da busca de se fazer o “uso do passado”, rememorando “heróis” cujo valor e ideais vão de encontro com os valores das forças armadas. Ressalta-se também a tentativa de se manter as tradições historiográficas, que refletem um forte fervor em reafirmar os seus militares de destaque, especialmente os que atuaram na Guerra do Paraguai. Em um trabalho realizado pelo Comando do Exército Brasileiro no ano de 2018, chefiado pelo até então Comandante Geral Gen. Ex. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, apresentaram uma obra em que expõem o Acervo Artístico do Quartel-General Exército denominado comumente como “Forte Caxias”, homenagem a Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

Na apresentação do acervo, Villas Bôas afirma que “o Exército Brasileiro, instituição protagonista de diversos momentos da História do Brasil, compreende que a convergência de seu Sistema Cultural com o do País em geral produz perenes e eficazes canais de comunicação com as demais Forças Armadas e relevantes setores da sociedade brasileira” (VILLAS BOAS, 2018, p. 8).

⁸ Disponível em: <<https://affnoticias.com.br/prefeitura-de-goiania-participa-de-homenagem-ao-almirante-tamandare/>>. Acesso em: 05/05/2024.

Mais adiante, Villas Bôas nos dá pistas do sentido da produção de tal acervo:

Neste sentido, o presente Acervo Artístico do Quartel-General do Exército- o “Forte Caxias” - mapeia um dos mais ricos conjuntos históricos e artísticos, localizados na Capital Federal. Tal obra coopera com a preservação do patrimônio material e imaterial do Exército, bem como para sua divulgação no âmbito da Força, com ênfase nos valores, nas crenças e em suas tradições. Visa, ainda, a auxiliar na pesquisa, na divulgação da História Militar do Brasil e na integração com órgãos culturais da sociedade brasileira (VILLAS BÔAS, 2018, p. 8).

Como observado nas reflexões do General, a construção do discurso e a produção de narrativas para os grupos sociais que pretendem almejar, a memória evocada pelos militares pretende inserir no imaginário e na memória coletiva da sociedade brasileira, observa-se uma tentativa de impor os valores em que são inspirados os militares e de reforçar como deve-se lembrar e incentivar essa interpretação sobre o passado. Essas considerações prevaleceram na década de 1950 e ainda ecoam no mundo militar brasileiro na atualidade.

1.2 Defesa Nacional e as suas instituições: Exército e Guarda Nacional no Império Brasileiro no Pré-Guerra

A Guarda Nacional desempenhou um papel de grande destaque no período que compreende ao Império do Brasil. Sua importância fundamentava-se nos seus oficiais que compunham parte significativa do poder político administrativo que se instalou no governo brasileiro após o processo de independência⁹. Ferrer afirma que após a Independência do Brasil em 1822, o Império começou a demonstrar um "descaso" pelo Exército. As autoridades imperiais viam essa força terrestre como uma ameaça à estabilidade política do novo sistema de governo. Essa percepção era motivada pela presença de oficiais portugueses e pela indisciplina dos soldados, que frequentemente se envolviam em motins, arruaças e tumultos durante o período regencial. Esses fatores geravam grande desconfiança na sociedade política, que temia a restauração do antigo regime (FERRER, 2002, p. 122).

Com o objetivo do império em fortalecer o Exército, em 1831 foi criada a Guarda Nacional, objetivando manter a estabilidade regional nas diversas províncias do império e, em

⁹ O processo de independência do Brasil foi complexo e multifacetado, englobando uma série de fatores econômicos e sociais. A chegada da família real portuguesa em 1808 marcou um ponto crucial nesse processo. Segundo o historiador Jurandir Malerba (2018), a transferência da corte portuguesa para o Brasil transformou profundamente a colônia, promovendo a abertura dos portos às nações amigas, estimulando o comércio e a indústria local, e estabelecendo instituições que até então eram exclusivas da metrópole. Essas mudanças contribuíram para o desenvolvimento de uma elite local mais consciente de seus interesses e mais disposta a buscar a autonomia política. Assim, a independência do Brasil, declarada em 1822, deve ser vista como resultado de uma série de transformações internas impulsionadas tanto por pressões econômicas quanto por um crescente desejo de autodeterminação entre os brasileiros.

caso de guerra, auxiliar o exército no esforço bélico do Império. De acordo com Ferrer, essa força era composta por homens com mais de 18 anos que possuísem uma renda superior a 200 mil réis, exceto militares da terra e do mar, autoridades locais, indivíduos com mais de 50 anos, aposentados da Marinha e do Exército, e aqueles inaptos para o serviço. Vale destacar que aqueles que não desejassem integrar essa força militar poderiam indicar substitutos de boa reputação (FERRER, 2005, p. 122).

A diferença entre a Guarda Nacional e o Exército Brasileiro, se fundamenta no seguinte aspecto: o Exército carecia das condições básicas para o pleno funcionamento, sendo que o em meados de 1862, dois anos antes da Guerra do Paraguai, o orçamento para suprir um contingente de 14.000 praças continuou sendo o mesmo do ano de 1865, período em que o Brasil estava em guerra. Contudo, o contingente de homens havia aumentado significativamente, saltando para a casa dos 24.000. Isso gerou um grande problema, pois os valores repassados para o Exército não supriam a necessidade de todos os homens, fazendo com que faltasse fardamentos suficientes para o total de soldados e demais itens necessários para o pleno cumprimento das atividades de um exército em um contexto de guerra (FERRER, 2005, p. 124).

Contrastando com a realidade do Exército, a Guarda Nacional teve uma adesão em meio ao tecido social do império e da ordem de financiamento contando com incentivos da ordem de venda das patentes de oficiais. Os indivíduos que detivessem sobre sua posse uma quantia significativa e suficiente para comprar as patentes, poderiam se tornar oficiais de um braço armado do estado imperial. Os guardas nacionais recebiam ordens diretamente do poder provincial, do qual estava subordinado ao poder central da corte instalada na capital Rio de Janeiro. A guarda era composta por homens, maiores de 18 anos, com uma renda superior a 200 mil réis, militares oriundos da marinha e do exército, pessoas cuja atividade era relacionada com a administração pública de cargos relevantes em meio a localidade que estavam instalados (FERRER, 2005, p. 122).

Observa-se que, principalmente durante o período do Primeiro Reinado (1822-1831), a concepção de um exército com um caráter nacionalista na defesa da nação ainda estava em fase de desenvolvimento, apresentando os elementos iniciais que foram fundamentais para a formação do futuro exército brasileiro. De acordo com Maestri (2015), na América, a independência do Brasil não ocorreu pela formação de um "exército nacional" - termo que seria exagerado para descrever os exércitos *criollos* da época. Em vez disso, deu-se por meio do confronto entre as "tropas leais ao príncipe" e as "tropas leais à metrópole", mantendo as forças pró-independência com uma estrutura colonial, onde a oficialidade era predominantemente portuguesa e os soldados brasileiros.

Outras análises ligadas às produções bibliográficas dos militares, apontam o contexto escravista como um dos motivos para o não fortalecimento de um exército nacional. De acordo com Ferreira (2017, p. 56), esta situação refletia o sistema escravista predominante na sociedade, que marginalizava uma população livre e não proprietária, criando obstáculos para a formação de um exército com senso de responsabilidade, disciplina e patriotismo. Além disso, o serviço militar era frequentemente visto como uma punição evitável, e o recrutamento era arbitrário e violento. As tropas até então empregadas nos conflitos se compunham principalmente de contingentes armados de fazendeiros, líderes políticos gaúchos e membros da Guarda Nacional.

O panorama político descrito anteriormente faz parte da conjuntura que precedeu a eclosão da Guerra do Paraguai. O Brasil se viu inicialmente incapaz de responder à invasão paraguaia em seu território no início do conflito, pois, segundo Francisco Doratioto, o Exército Paraguaio contava com cerca de 80 mil soldados na fase inicial do conflito (FERRER, 2005, p. 125). Em contraste, o Brasil tinha poucos soldados em suas fileiras em 1864. Ferrer discute o contexto em que o Império se encontrava naquele ano, para o autor, o governo brasileiro precisou “convocar um grande número de homens capazes de lutar na guerra contra o Paraguai, já que o Exército não dispunha de força humana em condições de participar de um grande conflito, pois em 1864 seu contingente era reduzido, contendo apenas 18.000 homens disseminados em todo País” (FERRER, 2005, p. 127).

Algumas das medidas tomadas pela Corte imperial durante o conflito decorreram de uma série de debates entre os integrantes do Terceiro Conselho de Estado em 1866. No conselho, foram discutidas alternativas para resolver a questão do recrutamento de novos homens para as frentes de batalha, incluindo a possibilidade de utilizar uma parte do contingente da população escravizada. Em uma proposta apresentada durante uma reunião em 5 de novembro de 1866, o conselheiro Pimenta Bueno propôs uma solução audaciosa para aumentar o efetivo nas frentes de batalha: o Tesouro Nacional deveria indenizar os senhores de escravos cujos escravos fossem utilizados na guerra. O discurso de Pimenta Bueno¹⁰, registrado nas Atas do Conselho, afirmava que:

Além disto, crê que talvez convenha ampliar o pensamento do Decreto nº 3.513, de 12 de setembro de 1865. Este Decreto limita-se a conceder ao cidadão da Guarda Nacional que apresente um substituto por si, ou seja,

¹⁰ Conforme Doratioto (2002, p. 118), Pimenta Bueno (1803–1878), que detinha o título de Marquês de São Vicente, era um homem estreitamente ligado ao Governo Imperial. Durante sua missão em solo paraguaio, ele exerceu por um período o cargo diplomático. Esse conhecimento lhe permitiu perceber a necessidade de alterar os planos estratégicos traçados por Caxias para a invasão ao território paraguaio. Parte da estratégia aliada consistia em dispor as tropas em colunas que atacariam frontalmente a fortaleza de Humaitá. No entanto, desde o início do conflito, Pimenta Bueno advogava por cautela, consciente de que tal estratégia dificultaria a conquista da fortaleza.

pessoa livre ou escrava para o serviço da guerra, ficando desde então isento, tanto do recrutamento como do serviço da Guarda Nacional. Esta medida, como disse, pode ser ampliada mais ou menos nos seguintes termos: “Art. 1º Todo aquele que libertar um escravo apto para o serviço da guerra e, para esse fim o entregar ao Governo, obterá um título de isenção, não só do recrutamento para o exército ou armada, como do serviço da Guarda Nacional a favor da pessoa que ele designar desde logo ou posteriormente, ou seja essa pessoa já recrutada, ou seja Guarda Nacional, ou paisano, ou, ainda, mesmo, menor. Art. 2º O liberto servirá por tempo de nove anos e, se no primeiro, tiver prestado bom serviço, passará a perceber os vencimentos concedidos aos voluntários do exército (ATAS DO SENADO, 1866, p. 48)

Outros conselheiros como o Visconde de Jequitinhonha¹¹ mantiveram uma postura mais conservadora em relação à utilização de pessoas escravizadas nas fileiras do exército, reforçando a necessidade da formação e preparação militar e em armamento de guerra. As atas registram a postura do Visconde:

O Visconde de Jequitinhonha responde ao primeiro quesito negativamente, ficando assim prejudicados os outros. Fundamenta largamente o seu voto, tratando dos quesitos um por um, considerando a medida por todas as faces e concluindo que ela é impolítica, indecorosa, ineficaz, e muito onerosa aos cofres públicos. Acharia preferível, em último caso, o emprego de estrangeiros. Admira-se como de um milhão e meio em que calcula os indivíduos recrutáveis não se possa tirar o número suficiente para formar um exército de sessenta mil homens, quando para consegui-lo bastaria o recrutamento de cinco por cento, que daria setenta e cinco mil combatentes (ATAS DO SENADO, 1866, p. 46).

A necessidade de contingente para a armada brasileira levou à utilização da Guarda Nacional como solução para o recrutamento, uma decisão concretizada pela ação propositiva de membros do Conselho de Estado. No próximo capítulo, analisaremos o recrutamento de homens de armas na Província de Goiás, abordando o papel dessa milícia nacional na Guerra do Paraguai. Antes disso, consideramos necessário examinar as estratégias diplomáticas e bélicas empregadas durante a guerra, como será abordado no tópico a seguir.

1.3 A guerra entre a diplomacia e o belicismo

Explorar as dinâmicas entre belicismo e diplomacia abre espaço para uma análise mais profunda das táticas e estratégias empregadas pelos países participantes da Guerra do Paraguai. Estudar o conflito auxilia na compreensão de como as nações buscaram alcançar seus objetivos tanto por meio da força militar quanto por meio de negociações diplomáticas. Ao analisar essa interação entre belicismo e diplomacia, podemos examinar como as potências envolvidas

¹¹ Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha (1794 -1870), foi um jurista e político brasileiro. Atuou como senador da Província da Bahia entre 1851 e 1870. Sobre o Visconde de Jequitinhonha, ver Castro Junior (2003).

equilibraram a busca por vantagens militares com esforços para garantir alianças políticas e diplomáticas favoráveis. Isso envolve desde a mobilização de tropas e o planejamento de campanhas militares até a negociação de tratados de paz e acordos diplomáticos. Assim, pretendemos entender não apenas os eventos e as batalhas da guerra, mas também as complexas relações internacionais e as estratégias de poder em jogo durante esse período histórico.

No decorrer da guerra, diversas batalhas são travadas entre os exércitos paraguaios e os Aliados. A primeira ação da guerra é a invasão do território brasileiro por parte dos paraguaios comandados por Solano López (DORATIOTO, 2002, p. 100). O ataque paraguaio pode ser compreendido como uma tentativa de invadir o território brasileiro a qualquer custo, entretanto, as tensões que envolvem as políticas relativas às bacias hidrográficas platinas fizeram com que os governos do Brasil e do Paraguai trocassem correspondências diplomáticas. Uma das significativas antecede o conflito, quando o Paraguai no período pré-guerra, contando com o apoio do governo uruguaio controlado pelos Blancos¹², enxergava neles a possibilidade de ter um porto seguro de onde podiam realizar o seu comércio com nações estrangeiras sem a necessidade de importar ou exportar pelos portos argentinos e brasileiros. Conforme Francisco Doratioto (1999), no artigo *De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)*, o autor analisa as causas das crescentes tensões entre os países platinos e os acordos assinados por eles para resolver disputas sobre a livre navegação da bacia do Prata.

A de harmonia diplomática entre os Estados da região deveu-se, em grande parte, à interferência do Brasil e da Argentina no Uruguai, que enfrentava dificuldades políticas internas e lutava para manter um consenso político nacional. Nesse contexto, Doratioto (1999, p. 22) argumenta sobre a interferência argentina no Uruguai. Para o autor, com a centralização do Estado argentino em 1862, a oposição federal, em resposta, fortaleceu suas relações com os blancos no Uruguai e com o governo paraguaio. Em abril de 1863, o líder colorado Venâncio Flores invadiu o Uruguai com tropas organizadas em Buenos Aires, contando com o apoio do governo argentino, com o objetivo de derrubar o governo "blanco" do Presidente Bernardo Berro (1860-1864).

¹² Um partido político proeminente antes do início da guerra, que dominava o governo uruguaio na década de 1860, constituía uma base de apoio aos paraguaios e aos opositores do governo de Mitre. Doratioto relata que uma dessas forças era representada pelos blancos, que estavam no poder no Uruguai, onde os opositores à ditadura de Rosas, incluindo o próprio Mitre, estiveram exilados sob a proteção dos colorados. Outra força significativa era o Paraguai, que buscava uma saída para o oceano através do porto de Montevidéu, visando garantir e expandir suas relações comerciais com os centros capitalistas europeus. Posteriormente, de acordo com Doratioto, Bartolomé Mitre afirmou que "após a derrota do tirano do Paraguai com todo o seu poder, desapareceu a ingênua esperança de que ele viesse derrubar o governo argentino em favor dos reacionários da República" (DORATIOTO, 2002, pp.44 - 45).

Essa medida revela a intenção por parte da Argentina em manter a sua influência sobre o Uruguai, todavia essa ação não será exclusiva do país vizinho, pois o Brasil também intervém com Forças militares no Uruguai, para descontentamento dos paraguaios. Doratioto (1999, p. 23) afirma que na Câmara brasileira, foram relatados alegados abusos contra cidadãos do Império, perpetrados por autoridades uruguaias. Paralelamente, os criadores de gado gaúchos expressavam preocupações sobre a instabilidade na fronteira, criticavam o governo de Berro e buscavam apoio do Rio de Janeiro. O Governo Imperial temia perder o controle da situação, especialmente diante das demandas dos criadores de gado gaúchos, que ameaçavam iniciar ações militares contra Montevideú, sentindo-se abandonados pelas autoridades brasileiras. Além disso, as autoridades brasileiras consideravam uma intervenção contra os *blancos* como uma maneira de contrabalançar a influência argentina sobre Flores, evitando que uma eventual vitória dos "colorados" na guerra civil trouxesse benefícios exclusivamente para Buenos Aires.

Nesse contexto, apontamos um ponto central para o início do conflito: a necessidade do Brasil assegurar um governo uruguaio que apoiasse os tratados firmados pós-guerra do Prata entre o país e o Uruguai.¹³ Assim, o Brasil invadiu e interveio no Uruguai desrespeitando os apelos paraguaios de não intervenção no país. No caso da retirada dos Blancos do poder em detrimento dos *Colorados*¹⁴, foi um ataque direto à soberania paraguaia. Consideremos que a segunda explicação consiste na tentativa do Paraguai de ter acesso a um porto que lhe desse acesso direto ao mercado externo para fins de sua industrialização que começava a engatinhar naquele período (DORATIOTO, 1999, p.22).

Desse contexto que gerou o conflito, pode-se observar a intencionalidade do Paraguai em utilizar as vias diplomáticas, mas também não descartando a via bélica, algo que acabou por ocorrer após o início do conflito. Um dos exemplos da diplomacia é a conferência de paz realizada em Iataiti-Corá, que tinha como pauta um possível tratado de paz, onde o ditador Francisco Solano López convida o presidente argentino Bartolomé Mitre para a reunião, objetivando um possível acordo, todavia não chegando a um consenso entre ambas as partes. (GONÇALVES, 2009, p.31). Na esteira dos processos de negociação que ocorreu em Iataiti-Corá, as tropas aliadas já haviam tomado diversas posições fortificadas paraguaias e estavam se preparando para uma nova ofensiva, desta vez contra a fortaleza de Curupaiti controlada pelos paraguaios. É durante o intervalo entre as batalhas de Curuzu e de Curupaiti, que ocorre a conferência de paz com Mitre e López, nesse contexto, Solano López prevendo a possibilidade do não acordo de paz entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, ordena que sejam construídas

¹³ Para mais informações sobre a Guerra do Prata, veja o estudo de Leonardo dos Reis Gandia (2020).

¹⁴ Para Doratioto, o Brasil optou por apoiar os colorados em detrimento dos blancos, uma vez que estes últimos estavam associados a uma corrente liberal econômica que defendia a livre circulação de embarcações pela bacia do Prata. (DORATIOTO, 2002, p. 28).

trincheiras de reforço em torno de Curupaiti, visando um fortalecimento das posições paraguaias que estavam estacionadas em Curupaiti. (GONÇALVES, 2009, pp. 30 - 31).

Observamos que, durante a Guerra do Paraguai, tanto a diplomacia quanto a guerra foram instrumentos empregados pelas nações envolvidas na busca por uma resolução do conflito. Os exemplos analisados destacam a dualidade de abordagens adotadas, que incluem tanto esforços diplomáticos quanto ações militares, cada uma buscando maximizar os interesses nacionais. Essa interrelação entre diplomacia e guerra revela a complexidade das relações internacionais e das estratégias empregadas pelos Estados para alcançar seus objetivos durante um conflito.

CAPÍTULO II

RECRUTAMENTO E TÁTICAS DE GUERRA: DAS PROVÍNCIAS AO *FRONT*

Estudar a historiografia sobre a guerra requer uma análise que vá além dos resultados práticos das batalhas, pois a compreensão da natureza de um conflito está na contingência dos recursos humanos e no uso dos meios disponíveis para alcançar os objetivos esperados no campo de batalha. Essa abordagem é de suma importância, pois os recrutamentos, as táticas e a atuação da diplomacia, representada por indivíduos de alto escalão do Império, são o objeto de análise deste capítulo. O capítulo se apoia em diversas biografias de estudiosos do tema, bem como em fontes ligadas ao governo e ao Conselho de Estado do Império do Brasil, com o objetivo de obter respostas sobre a dinâmica social dos países envolvidos na Guerra do Paraguai, especialmente o Brasil. Esse contexto é marcado por mudanças sociais emergentes nas sociedades envolvidas no conflito.

2.1. Exército em expansão e as múltiplas realidades das províncias imperiais

Após o início das operações militares no Paraguai, os aliados tinham a missão de derrubar diversas defesas fortificadas paraguaias ao longo das margens dos rios Paraguai e Paraná. Entre os meses de agosto e setembro, ocorreram diversas batalhas, resultando em um elevado número de baixas tanto entre os aliados quanto entre os paraguaios. Na corte, o governo discutia frequentemente as possibilidades de recrutamento, pois, naquele momento da guerra, os aliados enfrentavam um impasse quanto à utilização de novos recrutas na Guerra do Paraguai. Este questionamento foi alvo de intensas discussões entre os conselheiros de Estado próximos ao Imperador Dom Pedro II, envolvendo a utilização de recursos na guerra. Em 23 de agosto de 1866, membros do Conselho de Estado Pleno tiveram como pautas da reunião os seguintes itens:

Em solução dos quesitos anexos ao Aviso datado de ontem concebido nestes termos: “1º Atenta a continuação da guerra com o Paraguai, e a necessidade de enviar para o Sul novos reforços, é, ou não, indispensável, que o Governo solicite das Câmaras autorização para o adiamento da próxima eleição de Deputados para o princípio do ano vindouro, em ordem a poder haver recrutamento até o fim de dezembro do corrente ano, se for preciso?” “2º Em face da Resolução de 15 de junho deste ano, que manda vigorar a Lei nº 1.245, de 28 de junho de 1865, enquanto não for promulgada a Lei do Orçamento de 1866 a 67, cumpre pedir as Câmaras meios para ocorrer as despesas extraordinárias da guerra?” 3º Para conseguir as medidas a que se referem os quesitos antecedentes, assim como as concernentes do Banco do Brasil,

convirá prorrogar a presente sessão da Assembléia Geral?” (ATAS, 1866, p.35).

Questionamos por que o Conselho de Estado Pleno discutiu a possibilidade de a guerra ser mais longa do que alguns conselheiros esperavam no início do conflito, e como isso poderia alterar as condições de uma eleição marcada para o final de 1866. Outro ponto importante discutido foi as despesas que o Estado precisaria incorrer para manter as tropas na linha de frente. Esse tópico era crucial na reunião, pois o financiamento da guerra envolvia o uso direto de verbas do Tesouro, emissão de notas promissórias de crédito entregues aos particulares que vendiam suprimentos para as tropas da Tríplice Aliança que combatiam os paraguaios, além dos empréstimos adquiridos via Grã-Bretanha. Essas medidas foram algumas das alternativas encontradas pelo Império para sustentar o esforço de guerra.

Esses problemas, como os mencionados anteriormente, trouxeram à tona pareceres distintos por parte do Conselho de Estado Pleno. Um dos conselheiros, o Marquês de Olinda¹⁵, foi categórico em seu posicionamento relativo ao primeiro item da reunião realizada em 23 de agosto de 1866. Segundo seu julgamento, o recrutamento de mais homens para as frentes de batalha naquele momento da guerra desmotivava tanto as tropas quanto os civis, que logo perceberam que a guerra estava longe de seu término. Portanto, ele considerou ser uma má escolha adiar as eleições de deputados. Segundo o Marquês de Olinda:

O Marquês de Olinda disse; quanto ao 1º quesito: Não há dúvida que, durante a guerra, a qual traz sempre a necessidade de novos reforços ao exército, não é conveniente se suspenda a recrutamento. Mas acorre uma circunstância a que se deve atender. É convicção geral, e convicção bem fundada, de que a, guerra está próxima de seu termo. Neste estado de causas solicitar da Assembléia Geral o adiamento das eleições a fim de se poder recrutar até o mês de dezembro, é o mesmo que dizer que a guerra há de continuar ainda por um ano; porque só daqui a um ano poderão servir na guerra os recrutas de novembro e dezembro. Isto vai desalentar todos os ânimos, e fazer desesperar do sucesso de nossas armas. Dentro em pouco tempo teremos notícias do teatro da guerra. Se elas forem favoráveis, como tudo induz a crer, não será necessária a medida de que se trata; e então dir-se-á que isto não passa de um manejo para adiar as eleições a fim de que estas se façam em um certo sentido. E se forem desfavoráveis, o Governo providenciará coma as circunstâncias exigirem. (ATAS DO SENADO, 1866, p. 35).

A fala proferida pelo Conselheiro Marquês de Olinda não encontrava unanimidade entre os conselheiros. No conselho, havia ideias expressas por outros membros que divergiam

¹⁵ Pedro de Araújo de Lima, Marquês de Olinda (1793 – 1870), foi um aristocrata, jurista e político de grande atuação durante o Império brasileiro. Foi Presidente do Conselho de Ministros, ocupando vários ministérios e atuando como primeiro-ministro de D. Pedro II ao longo do segundo reinado.

da posição de Marquês de Olinda e poderiam, em diferentes circunstâncias, divergir ou convergir. Um dos pareceres discordantes foi o do Conselheiro Pimenta Bueno, que defendia cautela quanto à previsão do término da guerra, uma questão negligenciada pela posição de Marquês de Olinda. No entanto, o argumento de Pimenta Bueno foi devidamente considerado, no qual ele argumentava em seu parecer:

O Conselheiro Pimenta Bueno responde afirmativamente ao primeiro quesito, porque entende que convém muito que o Governo por engajamento de voluntários, contingentes da guarda nacional, e por meio do recrutamento mande com brevidade novos reforços ao nosso exército no Paraguai. Não partilha a opinião manifestada pelo Senhor Conselheiro que primeiro falou; não julga provável a notícia de que a guerra está acabada: pelo contrário pensa que ela tem de perdurar ainda, por algum tempo. O território paraguaio parece que foi feito para a guerra defensiva, oferece muitas dificuldades a invasão. Crê que a resistência, se cessaria, brevemente, se faltassem ao inimigo meios de alimentar o seu exército. Em todo o caso, a idéia, que a guerra termine logo não passa de uma suposição, de uma hipótese não só eventual, mas ainda muito improvável. (ATAS DO SENADO, 1866, p. 37).

É importante destacar que, no parecer do Conselheiro Pimenta Bueno, ele ressalta elementos táticos da Guerra do Paraguai que influenciaram o emprego de milhares de soldados nos ataques contra as fortificações paraguaias. Isso é evidenciado no trecho "o território paraguaio parece que foi feito para a guerra defensiva, oferecendo muitas dificuldades à invasão". Leandro Gonçalves (2009), em sua dissertação de mestrado, abordou cronologicamente as batalhas ocorridas entre 1866 e 1868. No estudo, ele identifica algumas das fraquezas dos exércitos da Tríplice Aliança durante a Guerra do Paraguai. Assim, corroborando o parecer do Conselheiro Pimenta Bueno e destacando pontos não considerados por ele, podemos observar que:

Já durante a invasão ao território paraguaio ficaram evidentes os problemas que caracterizariam a campanha subsequente por muitos anos: deficiências logísticas, de comunicações, de coordenação no comando das forças aliadas, carências de cavalaria e animais de tração (para a artilharia e os transportes) em número suficiente, de artilharia de sítio, desconhecimento cartográfico do teatro de operações, mas, fundamentalmente, de subestima sobre o potencial de resistência dos paraguaios. (GONÇALVES, 2009, p. 16).

Dos problemas que foram “diagnosticados” por parte dos conselheiros, alguns trouxeram à tona discussões sobre os rumos da guerra, observando a necessidade de o Brasil recrutar mais homens para preencher os batalhões novos que se formavam durante o conflito. Necessitava-se também preencher os postos dentro dos batalhões existentes que sofreram baixas em seus contingentes, tanto por morte ou invalidez de pessoas que constituíam a base social do Império. Essas questões foram temas discutidos em reunião do Conselho de Estado

realizada em 5 de novembro de 1866 que tinha três pautas centrais. Dentre essas, a vinte e oito de outubro do mesmo ano, o Presidente do Conselho de Ministros apontou:

“Quesitos. 1º Continuando a guerra, será conveniente lançar mão de alforria de escravos para aumentar o número dos soldados do exército? [...] 2º Que escravos serão preferíveis para o fim de que trata o primeiro quesito: os da Nação, os das Ordens Religiosas, ou os dos particulares? [...] 3º Como realizar essa medida?” (ATAS DO SENADO, 1866, p. 45).

As propostas discutidas em novembro daquele ano foram amplamente influenciadas pela derrota aliada em Curupaiti, onde a Tríplice Aliança perdeu milhares de soldados no ataque contra as posições paraguaias. Após a derrota em Curupaiti, em setembro de 1866, que teve um desfecho desfavorável para o Império do Brasil, o Conselho de Estado se reuniu em 5 de novembro de 1866. Os conselheiros produziram pareceres sobre as pautas propostas, considerando que também eram indivíduos inseridos nos vínculos sociais da sociedade brasileira do século XIX. Essa sociedade teve suas bases estabelecidas no antigo regime colonial e, posteriormente, em 1824, com a promulgação da constituição nacional. No livro 'Império das Províncias', de Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008), destaca-se o papel da constituição na formação dos ordenamentos jurídicos que conferiam coesão social aos indivíduos que compunham as populações das províncias. Este estudo expõe as formas de organização da administração da burocracia estatal, um elemento essencial para entender a lógica da realidade e o contexto social em que as elites viveram naquele período. Neste sentido, Maria de Fátima Gouvêa afirma que:

A constituição de 1824 estabeleceu os elementos institucionais básicos para organização política no novo país. A definição de um dado conceito de cidadania se constituiu na principal premissa definida por esse texto, com base nos atributos de liberdade e de propriedade. Como já foi destacado pela historiografia, essa concepção definiu uma diferenciação entre cidadãos ativos e não ativos, como consequência direta dos diferentes níveis de riqueza e de liberdade verificados dentre os indivíduos que formavam a sociedade no período. Definiram-se assim os limites entre as sociedades civil e política naquele contexto. Estabeleceu-se uma espécie de frequência dual no âmbito da qual a sociedade funcionava. Isso não significa inferir a existência de dois Brasis - um real e um outro oficial -, entretanto, a Carta de 1824 estabeleceu os elementos mais centrais de organização da sociedade brasileira no século XIX: uma monarquia constitucional na qual os cidadãos estavam organizados de forma altamente hierarquizada. Esse mecanismo tornou viável a legalização e a proteção da escravidão na condição de principal mecanismo de organização social no Brasil por parte do governo imperial (GOUVÊA, 2008, pp. 21 - 22).

A abordagem da autora vai de encontro com o relato das atas da reunião do Senado à cinco de novembro de 1866, no qual Visconde de Jequitinhonha expressa seu parecer, sendo contrário a possibilidade de se usar recursos financeiros para alforriar pessoas escravizadas para preencher as listas de recrutados que o exército necessitava. Conforme registrado nas atas;

O Visconde de Jequitinhonha responde ao primeiro quesito negativamente, ficando assim prejudicados os outros. Fundamenta largamente o seu voto, tratando dos quesitos um por um, considerando a medida por todas as faces e concluindo que ela é impolítica, indecorosa, ineficaz, e muito onerosa aos cofres públicos. Acharia preferível, em último caso, o emprego de estrangeiros. Admira-se como de um milhão e meio em que calcula os indivíduos recrutáveis não se possa tirar o número suficiente para formar um exército de sessenta mil homens, quando para consegui-lo bastaria o recrutamento de cinco por cento, que daria setenta e cinco mil combatentes (ATAS DO SENADO, 1866, p. 46).

Mais adiante, na mesma reunião do dia 5 de novembro de 1866, o Visconde de Itaboraí apresenta seu parecer, no qual destaca as principais razões para libertar as pessoas escravizadas, destacando o fato de que essas pessoas estariam armadas. Isso poderia gerar sentimento de revolta e vingança por parte dos ex-escravos, que haviam sofrido nas mãos de seus senhores por anos e agora eram obrigados a lutar uma guerra em nome deles, apenas para manter as linhas de frente abastecidas de tropas (ATAS DO SENADO, 1866, p. 47).

Nota-se que em ambos os pareceres a total desumanização das pessoas negras em detrimento da pessoa branca livre, mesmo o negro tendo a possibilidade de lutar na guerra como mais um soldado do Império, havia uma distinção entre escravos e livres relativo ao uso desses contingentes. Essa problematização é levantada a luz do debate no parecer do Conselheiro Pimenta Bueno:

O Conselheiro Pimenta Bueno responde ao primeiro quesito que em sua opinião convém lançar mão da libertação dos escravos que se possa obter para aumentar a força do exército em campanha, uma vez que se proceda com a atenção e sabedoria que cumpre. Entende que convém por mais de uma razão: 1º porque a política aconselha que em vez de diminuir a população livre, pelo contrário se diminua o número dos escravos; 2º porque é um meio de emancipação, que desde logo dá destino e ocupação aos emancipados; 3º porque embora esses braços façam alguma falta à lavoura, maior falta fazem os braços dos filhos, parentes, ou jornadeiros dos agricultores, muitos dos quais representam núcleos de futuras famílias trabalhadoras, núcleos que a guerra vai extinguir; 4º porque não sendo nossa sociedade homogênea é preferível poupar a classe mais civilizada e mais moralizada, e não a outra que é menor, e que pode ser perigosa (ATAS DO SENADO, 1866, p.47).

Mais adiante, o Conselheiro Pimenta Bueno ressalta que, se a maioria presente decidir pela alforria de escravos para serem utilizados na guerra, o governo deveria libertar todos os escravos em suas possessões, incluindo aqueles que eram propriedade de ordens religiosas, bem como a porcentagem cedida por particulares. No entanto, seria necessário realizar as devidas indenizações aos proprietários de escravos cedidos para lutar na guerra, de modo que fosse compensatório para eles, mas sem prejudicar significativamente as finanças do Império (ATAS DO SENADO, 1866, p. 47).

Muitas foram as outras reuniões realizadas pelo Conselho de Estado Pleno durante o conflito, e os pareceres apresentados forneceram elementos essenciais para a compreensão da dinâmica social que o Império do Brasil enfrentava naquele período de guerra. Mais adiante, veremos como essa nova realidade nacional impactou a província mais central do Império e uma das mais isoladas da Corte estabelecida no Rio de Janeiro: Goiás.

2.2. Os Recrutamentos em Goiás

Após a deflagração do conflito em 1864, o Império Brasileiro necessitou responder o ataque paraguaio, deslocando tropas para defender o território que estava sob o risco de ocupação paraguaia. No início do conflito o exército padecia de recursos, acomodações, de contingente humano etc. Sobre os problemas enfrentados pela armada brasileira no início do conflito, Doratioto afirma que:

Apreendido o Marquês de Olinda e caracterizada a política de enfrentamento do Paraguai em relação ao Brasil, o governo imperial mobilizou os modestos efetivos do Exército espalhados pelo país, insuficientes para travar uma guerra. O serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, quer pelos soldados do Exército serem compostos por aqueles vistos como desclassificados pela elite, quer pelas más condições de vida nos quartéis. Neles, havia punições corporais para as faltas dos soldados; a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865; a tropa recebia apenas uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado. O próprio Caxias escreveu ao ministro da Guerra, referindo-se aos anos anteriores à guerra, que, “por um conjunto de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército contava sempre em suas fileiras grandes maiorias de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades” (DORATIOTO, 2002, p. 111).

O decreto 3371¹⁶ que foi promulgado no dia 7 de janeiro do ano de 1865, conhecido como decreto dos “Voluntários da Pátria”, foi uma ação combinada entre o poder central imperial, instalado na capital Rio de Janeiro, juntamente com os poderes locais, no contexto de Goiás. Nesse contexto, houve uma substituição da presidência da província de Goiás no qual saiu João Bonifacio Gomes Siqueira, sendo colocado em seu lugar o Dr. Augusto Ferreira França¹⁷. Esse evento demonstra a necessidade de ter uma melhor articulação entre a província de Goiás e poder central, pois Augusto Ferreira França tomou as medidas consideradas necessárias para acelerar a formação dos contingentes de homens de armas fornecidos por Goiás necessários para a guerra do Brasil no Paraguai (SOUZA FILHO, 2022, p. 4).

Nesse cenário, cabe ressaltar, que principalmente em Goiás, mesmo sendo uma província geograficamente mais próxima à Corte do que a província do Mato Grosso, ela não provinha de capacidade militar e material para manter os novos batalhões que deveriam ser criados. Em termos econômicos, Goiás era uma província isolada no interior do território brasileiro, sem rotas terrestres suficientes para uma melhor circulação de mercadorias e capitais. Por isso, a logística para importação e exportação de produtos carecia de uma melhor infraestrutura encarecendo o transporte de produtos. A utilização dos meios fluviais através dos rios era um tanto quanto deficitária, tornando o fluxo de comércio com o restante do país baixo, um dos principais desafios enfrentados pela província goiana durante o curso da guerra (MARTINS, 1983, pp. 1-2). O que acabou por ocorrer durante o conflito foi a drenagem de recursos financeiros da administração pública provincial de Goiás por utilização de moeda e de cartas de crédito e empréstimos, gerando um déficit público a partir do ano de 1867 (MARTINS, 1983, p. 3). Como Goiás não tinha muitas fontes de arrecadação, o governo imperial enviava recursos para viabilizar o pleno funcionamento das atividades de apoio na guerra que ali deveria realizar. Nesse sentido, Martins afirma que:

Isto aconteceu, muito embora o Ministério de Guerra tivesse tomado, a 6 de abril de 1865, providências para auxiliar a economia goiana, através de

¹⁶ O decreto pode ser acesso em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html#:~:text=Cr%C3%AAa%20Corpos%20para%20o%20servi%C3%A7o,vantagens%20que%20lhes%20fic%C3%A3o%20competindo>>. Acesso em: 07/05/2024.

¹⁷ Segundo Souza Filho, Augusto Ferreira França foi indicado para o cargo de presidente da Província de Goiás em 12 de dezembro de 1864, chegando à capital goiana em abril de 1866. Sua nomeação foi de grande importância, pois, quando foi nomeado, ele estava na província da Bahia e fez uma breve passagem pela corte no Rio de Janeiro para receber instruções e aprimorar os mecanismos de articulação entre o governo central e o de Goiás. Nesse sentido, sua indicação teve um fundo político, visando garantir que o governo imperial tivesse um representante capaz de defender os interesses do Império em meio à possibilidade de hostilidades por parte da República do Paraguai (SOUZA FILHO, 2022, p. 4).

remessa de fundos do Tesouro, tendo visto que a débil arrecadação jamais conseguiria sustentar o contínuo fornecimento a província vizinha, sem entrar em colapso. Durante o período em que se processaram os envios de suprimentos a Mato Grosso, houve diminuição do volume de gêneros para consumo local e um aumento descontrolado dos preços (MARTINS, 1983, p. 4).

Com a infraestrutura e logística ineficientes, Augusto Ferreira França age no sentido de dar mais dinâmica econômica, pois houve a necessidade de suprir as tropas que marchavam para o Mato Grosso. Algumas províncias como Goiás, São Paulo e Minas Gerais, estimularam a produção de itens básicos para sustento das tropas e, para viabilizar isso, foi necessário a compra de mantimentos, organizados em depósitos. Em virtude da pressão exercida sobre a economia goiana em um contexto de guerra o Ministério da Guerra age no sentido de suprir as tropas, utilizando agentes encarregados de conseguir os insumos para o exército, dos quais:

Os agentes deveriam providenciar a aquisição fazendo-o pelo preço mais razoável, bem como conseguir preços baixos também para o transporte, exigindo sempre recibos em duplicata pelos pagamentos feitos diretamente. Em caso de compras feitas a crédito da Tesouraria da Fazenda, forneceriam declarações de débito, oficiando à presidência sobre tais ocorrências. Para os vendedores que aceitassem o pagamento contra entrega no depósito de Bahus, emitir-lhes-iam as guias necessárias oficiando aos encarregados do depósito. Aos fazendeiros que propusessem entrega diretamente nos destinos, encarecer-lhes-iam a urgência do envio (MARTINS, 1983, p. 27).

No final do ano de 1864 é iniciado o processo de recrutamento de homens pelo presidente da Província de Goiás. A lei previa que, em casos normais, 18 mil homens e, em casos extraordinários, 22 mil homens seriam convocados. Algumas fontes apontam para cerca de 14 mil homens dentro dos quartéis espalhados pelo país (FERRER, 2005, p. 124). Na província de Goiás, o número de homens de armas recrutados era inferior, devido à distância geográfica com a Corte Imperial. Assim, realizaram-se diversas tentativas de recrutamento para compor as tropas do exército:

As condições materiais e humanas em contexto de guerra, na província de Goiás, estavam bastante precarizadas, segundo os documentos da administração provincial. Isto também traz o reflexo das condições históricas e geográficas por qual estava passando a sociedade goiana no século XIX. Nessa perspectiva, a compreensão para o entendimento da realidade histórica de Goiás no século XIX se encontra, naquilo que escreveu a historiadora Ledonias Franco Garcia, no que tange a ambiguidade de uma realidade paradoxal da política do Império Brasileiro, no diz que respeito aos desafios de ser o território goiano parte de um estado-nação em construção; todavia, estar ao mesmo tempo tão distante, sempre à margem dos centros de desenvolvimento político e econômico das regiões litorâneas do país, naquele período (SOUZA FILHO, 2022, p. 5)

Em estudos realizados sobre o recrutamento na província goiana durante a Guerra do Paraguai, o historiador José Anastácio de Souza Filho (2015 e 2022), abordou diversas fontes do período, que demonstraram que houve forte resistência por parte da província de Goiás em ceder homens para as fileiras do exército. Em grande parte, essa resistência teria ocorrido por falta de auxílio por parte do governo central a uma província tão afastada e tão isolada como Goiás. Em período em que os principais meios de transportes de longas distâncias se davam por vias fluviais, a província sofria com o isolamento por não possuir acesso ao mar, visto que o principal meio de acesso se dava por meio dos rios. É interessante refletir que esses aspectos são primordiais se compreender a formação das tropas goianas e da estratégia que vai ser traçada após os recrutamentos, com Goiás se tornando o centro logístico se alguns dos depósitos foram criados para abastecer as tropas que tinham como destino a província do Mato Grosso. Segundo Doratioto o teatro de guerra no Mato Grosso foi secundário, pois o objetivo principal da invasão ao Mato Grosso por tropas paraguaias era a tomada do Forte Coimbra localizado às margens do Rio Paraguai próximo à fronteira com o Paraguai, essa invasão serviria para ter a retaguarda guarnecida em um forte localizado dentro do território brasileiro, podendo assim Solano López focar nas operações mais ao sul ao longo da bacia platina (DORATIOTO, 2002, p.121).

Em Goiás, com a promulgação do decreto 3371 de 1865, que tornava obrigatório o alistamento da Guarda Nacional, juntamente com um cálculo percentual baseado na demografia de cada província, coube a Goiás enviar 490 homens (SOUZA FILHO, 2022, p. 7). Nesse estágio inicial do conflito, as necessidades de pessoal para recrutamento eram significativas, e em Goiás, o foco era recrutar pessoas capazes de desempenhar as tarefas exigentes que lhes seriam designadas, independentemente de sua natureza (MARTINS, 1983, p. 10). Esse movimento em Goiás fazia parte de uma estratégia nacional, na qual, segundo Francisco Doratioto, o plano de invasão e distribuição das tropas ficou a cargo do general mais graduado do Exército, o Marquês de Caxias, que na época exercia o cargo de Senador no Império. O plano consistia nos seguintes itens:

O alistamento de novos soldados se fazia já com vistas a executar um plano de campanha, elaborado pelo marquês de Caxias, por solicitação do ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan. Caxias, o general brasileiro mais graduado e senador pelo Partido Conservador, apresentou seu plano em 20 de janeiro de 1865, prevendo a organização de um exército de 50 mil homens, sendo 35 mil de infantaria, 10 mil de cavalaria e 5 mil de artilharia. A invasão do Paraguai seria feita por 45 mil soldados, permanecendo outros 5 mil como reserva no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Seriam três as colunas invasoras: a primeira, de 25 mil homens, em ação combinada com a Marinha imperial entraria em território paraguaio pelo Passo da Pátria, no rio Paraná, quase confluência com o Paraguai; seus objetivos seriam anular a fortaleza de

Humaitá e, em seguida, ocupar Assunção. A segunda coluna, de 10 mil soldados, agiria no Mato Grosso, em Miranda, protegendo a cavallhada e o gado aí existentes e distraíndo a atenção do inimigo, para levá-lo a transferir tropas para o norte, facilitando o ataque a Humaitá. A terceira coluna, com outros 10 mil homens, organizados no Rio Grande do Sul, agiria no ponto mais próximo do Paraguai, em São Borja, para, ao mesmo tempo, impedir a concentração de tropas inimigas em Humaitá e evitar que se cortasse a retirada da força brasileira que atacaria pelo Passo da Pátria, caso esta ação malograsse (DORATIOTO, 2002, pp. 117 - 118).

Neste caso, o teatro de guerra no Mato Grosso fez parte de uma estratégia maior, sendo uma maneira que o Império encontrou para evitar confrontar um único grande exército paraguaio. Isso foi muito benéfico, pois, dadas as características do território em torno de Humaitá ser uma fortaleza bem estruturada em termos defensivos, se essas outras frentes de batalha não estivessem abertas, poderia haver uma grande concentração de tropas nesse ponto da defesa paraguaia. Portanto, Goiás esteve inserido nesse contexto maior, onde seu papel foi o de dar apoio às tropas que estavam indo em direção ao Mato Grosso, além de fornecer apoio logístico e humano.

A primeira expedição saindo de Goiás com destino à província do Mato Grosso ocorreu em 15 de maio de 1865, com o objetivo final de chegar à capital, Cuiabá. No entanto, movimentos das tropas paraguaias em território brasileiro levaram as forças goianas a mudar suas orientações, traçando uma nova rota para a vila de Coxim, no Mato Grosso. Neste caso, as forças goianas, sob comando do coronel José Joaquim de Carvalho, comandante militar de Goiás, se uniram às forças do coronel Manoel Pedroso Drago, conhecido como o Coronel Dragão (SOUZA FILHO, 2022, p. 10). O envio de tropas goianas para a Vila de Coxim tinha a seguinte função: reunir as diversas forças que estavam se aglutinando na província invadida do Mato Grosso. Partindo do pressuposto de que a província do Mato Grosso não tinha grandes forças militares na região, nem a presença de grandes batalhões, fez-se necessário essa medida de urgência.

A Guerra do Paraguai foi extremamente onerosa para os cofres do Tesouro, especialmente na província de Goiás, onde a dinâmica produtiva foi significativamente alterada. Com uma economia pequena e praticamente de subsistência, Goiás teve que se adaptar para fornecer as provisões necessárias para a província do Mato Grosso e posteriormente para o Paraguai. A partir de 1867, observou-se um aumento nos gastos públicos devido à guerra em curso e ao crescente investimento e expansão de novas tropas, o que resultou em um déficit nas contas da província e no aumento do número de pessoas em situação de extrema pobreza (MARTINS, 1983, pp. 3 - 4). Em Goiás, foram observados vários impactos decorrentes dessa

nova realidade, sendo um deles o transporte de suprimentos. O governo provincial incentivou a expansão da produção agrícola e pecuária em Goiás, o que se mostrou:

Em 1865, em consequência da atuação das tropas expedicionárias brasileiras no território mato-grossense, e a seguir em território paraguaio, onde o governo provincial de Goiás se empenhava em dar-lhes sustento de víveres, estimulou-se a produção agropastoril da região, como medida destinada a garantir as fontes de abastecimento de gêneros, que nessa hora crítica passaram a ser julgadas de suprema importância (MARTINS, 1983, p. 4).

Dadas as dimensões do Império do Brasil e as distâncias entre os centros urbanos do Mato Grosso e Goiás, é notável o esforço dos soldados que realizavam esse trajeto. Muitos deles acabavam com a saúde debilitada, assim como os animais dos tropeiros que os auxiliavam no transporte de suprimentos. De acordo com Martins (1983), em algumas expedições, os soldados se queixavam das longas e difíceis marchas pelo interior do país, exacerbadas pelo clima chuvoso, o que afetava diretamente seu bem-estar e ânimo, além de aumentar a duração das viagens (MARTINS, 1983, p. 17).

É importante observar que, devido às circunstâncias das longas distâncias, aliadas ao cansaço e às diversas regiões remotas em que os homens recrutados que serviam no Corpo de Voluntários da Pátria se encontravam, estavam em situação de vulnerabilidade quanto à saúde, em um ambiente propício à contração de diversas doenças. Diante dessa necessidade, o então vice-presidente da província de Goiás, Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, solicitou, por intermédio do Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, delegado do cirurgião-mor do Exército, que fosse organizada uma ambulância para marchar junto com o Dr. Cândido Manoel de Oliveira, segundo cirurgião-mor e o único disponível para cumprir essa tarefa em meados de 1865 (MARTINS, 1983, pp. 18 - 19). Diversas outras expedições foram realizadas com o objetivo de fornecer medicamentos e utensílios para a aplicação dessas medicações. Em 1866, o então comandante das forças em operação no sul do Mato Grosso, tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, relatou o estado de suas tropas, que estavam sendo atendidas por meio de itens médicos provenientes de Goiás. A data do envio foi:

Em 18 de junho de 1866, foram enviados medicamentos às forças em operação ao sul do Mato Grosso, então comandadas pelo tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, uma vez que o estado sanitário delas, segundo esse militar, era o pior possível, observado o número crescente de doentes e a carência de remédios, ainda segundo o comandante das forças, grande parte das ambulâncias foram deixadas por falta de animais para sua condução (MARTINS, 1983, p. 19).

Podemos observar que Goiás teve uma grande importância estratégica, pois o abastecimento dessa região era essencial. Como vimos, as condições adversas enfrentadas pelas tropas no teatro de guerra resultaram em soldados e comandantes adoecidos, o que drenou recursos humanos que estavam impossibilitados de lutar. Isso gerou ainda mais gastos com medicamentos e suprimentos para atender esses combatentes que não conseguiam desempenhar seus papéis dentro do exército.

No entanto, surge daí uma problemática: como organizar os suprimentos necessários para as tropas na província de Goiás, que, como observamos, possuía um comércio pequeno e estoques limitados de suprimentos? Para resolver essa questão, foram criados locais de armazenamento dos suprimentos, com essas cidades tornando-se os centros logísticos de onde se recebia e enviava o que fosse necessário para as tropas. Esse sistema logístico foi uma solução derivada de uma:

[...] característica da economia de subsistência, quase autossuficiente e auto consumidora de Goiás, resultando na precariedade do comércio local, não existiam estoques de alimentos na província. O problema foi agravado pela necessidade de abastecimento da província mato-grossense, e, posteriormente, pela seca de 1869 (MARTINS, 1983, p. 22).

A necessidade de ter em posses estoques sempre abastecidos fez com que a economia goiana mantivesse pressionada pela alta demanda de suprimentos, agravando a situação das tropas advindas de São Paulo e Minas Gerais, pois:

Sob grande pressão ficou a província, tendo sobre si a tremenda responsabilidade de não deixar perecerem milhares de brasileiros que defendiam a província mato-grossense, pressão esta que se agravava rapidamente, porque as forças paulistas, mineiras e goianas se internavam pelo distrito de Miranda, aumentando a distância entre si e as localidades de onde provinham os meios de subsistência. E mais ainda, o problema se tornou mais grave quando os pequenos fornecimentos que vinham de Minas Gerais e de São Paulo depressa cessaram (MARTINS, 1983, p.27).

De acordo com Souza Filho (2002, p. 8) a província de Goiás enviou para o cenário de guerra um total de 1038 homens. Entretanto, o número de recrutados em Goiás segundo Doratioto girava em torno de 426 homens, entre eles voluntários da pátria e guardas nacionais (DORATIOTO, 2002, p. 463). O certo é que o número de homens de armas cedido por Goiás consistiu em menos de 1% dos combatentes da guerra, estimados em cerca de mais 130 mil homens, com a distribuição de homens por região sendo a seguinte: Norte, 3,68%; nordeste, 21,57%; leste, 33,97%; sul, 35, 63; centro-oeste, 4,82% e Montevideu, 0,35%. (DORATIOTO, 2002, p. 461).

A participação de Goiás, em termos numéricos do quantitativo de homens recrutados, é a menor entre todas as províncias do Império. Acreditamos que essa questão se deve ao isolamento geográfico, um território de difícil locomoção e à ausência de canais de comunicação e transporte com o restante do Império (MARTINS, 1983, p. 1). Outro fato importante que podemos observar nesse contexto de recrutamento é a presença de elementos que dificultaram o envio de tropas em direção ao Mato Grosso, atrasando a chegada de tropas nessa província, já no início de 1865. Esse problema foi agravado pela:

[...] baixa densidade demográfica , numa vasta extensão territorial; falta de conveniente organização e, em alguns casos, o total desmantelamento da Guarda Nacional; Incidência relativamente grande de homens casados em relação aos solteiros, o que dificultava o cumprimento às recomendações presidenciais sobre direitos de isenção e gravame familiar, na maioria das paróquias; grandes alterações por evasão no quadros dos Guardas Nacionais, pelo alistamento como voluntários de elementos saídos de suas fileiras; morosidade na designação dos Guardas, feita na forma estabelecida pela lei nº602, de 19 de setembro de 1850 e seus regulamentos (MARTINS, 1983, p. 11).

Defendemos que, embora Goiás não tenha enviado grandes contingentes de homens para lutar contra os paraguaios no contexto do teatro de operações na província do Mato Grosso, desempenhou um papel de extrema importância no fornecimento de suprimentos para as forças que se deslocavam em direção ao Mato Grosso. Além disso, construiu locais destinados ao armazenamento pleno de suprimentos necessários às tropas. É importante ressaltar os desafios enfrentados pelas tropas goianas, que enfrentaram pesadelos logísticos e condições climáticas adversas durante suas jornadas.

Goiás implementou medidas de desenvolvimento destinadas a impulsionar a economia local em tempos de guerra. No entanto, tais medidas resultaram em um déficit fiscal que impactou o orçamento da província por vários anos. Além disso, a proximidade de Goiás com a província do Mato Grosso tornou suas tropas cruciais para a defesa contra as tropas paraguaias que avançavam sobre o território brasileiro.

Devido à escassez de recursos humanos em Goiás, inicialmente foram enviados apenas pequenos contingentes que atuavam na Guarda Nacional, grupos de caçadores e, posteriormente, os voluntários da pátria. Estes últimos foram recrutados por ordem dos decretos do Império e incentivados pelo presidente provincial Augusto Ferreira França, por meio de diversos atos institucionais promulgados, visando atender às demandas do exército e da força nacional na província do Mato Grosso.

Goiás desempenhou um papel essencial na manutenção do esforço de guerra no território mato-grossense para proteger os limites do Império Brasileiro contra os paraguaios. Tropas de Minas Gerais e São Paulo também foram deslocadas para o interior do Brasil para defender as fronteiras do território brasileiro. A província goiana abrigava diversos depósitos de suprimentos estabelecidos em colaboração com fazendeiros locais e grupos sociais com alto poder aquisitivo, que criaram as condições necessárias para o sustento das forças brasileiras.

2.3. A estratégia Aliada na Guerra do Paraguai

Neste tópico, analisamos os aspectos organizacionais da preparação da estratégia da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, bem como as dificuldades enfrentadas pelas tropas durante as duras campanhas de ataque às fortalezas paraguaias. Abordamos também como as ações deliberadas dos comandantes de ambos os lados elevaram o conflito a um nível alto de baixas, trazendo à luz temas centrais para essa discussão. Desde a escolha do local de desembarque das tropas em território paraguaio, passando pela derrota da aliança em Curupaiti, que resultou na reorganização das forças de Brasil, Argentina e Uruguai, até as tentativas de se buscar a via diplomática em contraposição ao uso da força.

2.3.1 Entre dois rios: o teatro de operações no Paraguai

Após a invasão de tropas paraguaias no território brasileiro, o Império se viu diante de uma situação bastante incômoda, pois seu exército, em número reduzido, não conseguiu tomar a iniciativa na guerra. Isso levou à necessidade de viabilizar os recrutamentos por meio do Decreto 3371 e traçar um plano de invasão, tarefa que ficou a cargo do Marquês de Caxias, general de alta patente do Exército Brasileiro. Esses recrutamentos tinham como pré-requisito suprir a distribuição das tropas brasileiras em diferentes pontos das linhas de frente da guerra, com um efetivo total de 50 mil homens previstos para entrar em ação. Metade desses soldados seriam direcionados para a fortaleza de Humaitá, a fim de enfrentar o principal baluarte da defesa paraguaia, enquanto o restante seria direcionado para os teatros de guerra nas províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Essa abordagem visava dispersar as tropas paraguaias por diferentes localidades do território paraguaio, para evitar o acúmulo de forças na posição que Caxias considerava ser a mais forte fortaleza dos paraguaios, Humaitá (DORATIOTO, 2002, p.118).

Em 1º de maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, no qual foram traçados os objetivos da invasão do Paraguai. Os aliados observaram que a forma mais rápida de alcançar Assunção seria percorrendo o curso do Rio Paraná, permitindo que a Esquadra Imperial acompanhasse as tropas em terra até chegarem à confluência com o Rio Paraguai, na região conhecida como Passo da Pátria. Entretanto, os aliados já estavam cientes dos possíveis problemas de desembarque nessa região e das dificuldades para futuras operações. Parte central do objetivo principal de tomar a capital paraguaia era a captura de Humaitá, o que justificava a escolha de Passo da Pátria como ponto de desembarque. De lá, as tropas aliadas poderiam combater os paraguaios em sua posição mais forte (DORATIOTO, 2002, p. 138).

Já no início da invasão, problemas logísticos e de suprimento faziam parte do contexto. Gonçalves argumenta sobre essa realidade:

Já durante a invasão ao território paraguaio ficaram evidentes os problemas que caracterizariam a campanha subsequente por muitos anos: deficiências logísticas, de comunicações, de coordenação no comando das forças aliadas, carências de cavalaria e animais de tração (para a artilharia e os transportes) em número suficiente, de artilharia de sítio, desconhecimento cartográfico do teatro de operações, mas, fundamentalmente, de subestima sobre o potencial de resistência dos paraguaios (GONÇALVES, 2009, p.16).

É importante considerar que o plano de invasão vindo do sul das posições paraguaias através de Corrientes pelos rios platinos permitia que as tropas se deslocassem rapidamente para a linha de frente, colocando Solano López em uma situação defensiva em Humaitá. O deslocamento por terra em um terreno desconhecido e com características semelhantes a pântanos dificultaria a ação aliada, o que realçava a importância estratégica de Passo da Pátria (DORATIOTO, 2002, p. 138). Todavia, a invasão por Passo da Pátria se daria em etapas, pois, na margem paraguaia do Rio Paraguai, estava localizada a fortaleza de Itapiru. Assim, era necessário realizar um assalto preliminar à invasão, com uma ilhota no meio do rio fazendo parte do plano aliado para o desembarque das tropas no Paraguai. De acordo com Gonçalves:

Em abril de 1866 já havia sido escolhida a abordagem de invasão ao território paraguaio. Esta previa a tomada da ilha da Redenção (posteriormente denominada ilha Cabrita, em homenagem ao oficial brasileiro _ tenente-coronel de engenheiros Carlos de Villagran Cabrita _ que comandou a operação de tomada) de onde alguma artilharia pudesse bater a posição paraguaia em Itapiru, na margem direita do rio Paraná. Em 5 de abril, a força de Cabrita, que compreendia 900 homens, quatro canhões La Hitte de calibre 12 e quatro morteiros de 220 mm, desembarcou no local. No dia 10, após bombardeios recíprocos, 1200 paraguaios, em duas chalanas e trinta canoas

atacaram a ilha, perdendo 640 homens entre mortos e feridos, e 62 prisioneiros (GONÇALVES, 2009, p.17).

Doratioto expõe em seu livro algumas das situações que resultaram nas péssimas condições enfrentadas pelos soldados aliados no início da guerra. Ele aponta que a principal dificuldade na conquista do forte Itapiru não eram as poucas unidades de artilharia estacionadas na posição, mas sim o desconhecimento cartográfico e o terreno de difícil locomoção naquela época do ano (DORATIOTO, 2002, p. 199). Essa dificuldade foi sentida no deslocamento das tropas em direção ao Passo da Pátria, afetando diretamente seu bem-estar e a qualidade dos alimentos consumidos em um ambiente infestado de insetos. Para o autor:

Os brasileiros tiveram como inimigos o calor e os insetos; o suor escorria fartamente pelo corpo em qualquer momento e as moscas não davam tréguas, presentes na comida precária, sempre baseada em carne. Vez ou outra variavam-se as refeições com pirão da farinha mofada, com bolachas, "duras como tábuas", ou alguma lata de sardinha, compradas de comerciantes a "preços fabulosos". Fosse qual fosse a comida, as moscas eram tantas que dificilmente ela era ingerida "sem uma dúzia delas". A carne que algum cozinheiro deixava sem proteção logo estava coalhada de larvas das moscas varejeiras. Dionísio Cerqueira relata que um companheiro, cansado de combater as moscas e desanimado com a quantidade delas, resolveu amassar as que pousavam no pirão ou no arroz, raramente servido, comendo-as. Esse companheiro pegou uma xícara de ferro, cheia de vinho comprado numa carreta próxima, e bebeu "coando nos dentes a massa de moscas que o engrossavam, cuspiendo-as depois" (DORATIOTO, 2002, pp. 198 - 199).

Apesar das dificuldades apresentadas nos preparativos da invasão, segundo Gonçalves, o Almirante Tamandaré subestimou os paraguaios ao dizer que a Esquadra Imperial sozinha poderia sobrepujar as posições ao longo do rio, com as tropas aliadas agindo de acordo com o avanço das embarcações (GONÇALVES, 2009, p. 16). Com a tomada da ilha de Cabrita, a posição em Itapiru ficou vulnerável ao ataque da artilharia posicionada em terra nessa nova localização, tornando a posição dos paraguaios insustentável e forçando-os a recuar para fora do alcance dos canhões da esquadra de Tamandaré (GONÇALVES, 2009, p. 18). A abordagem escolhida para o desembarque no Paraguai envolveu o emprego de diversas embarcações de guerra, que se estenderam ao longo do rio Paraná. Elas abriram fogo contra as posições em Itapiru, levantando uma grande nuvem de fumaça que ajudou a acobertar a manobra da Esquadra Imperial. A esquadra então rumou ao sul, na confluência com o rio Paraguai, onde as embarcações seguiram cerca de meia légua, permitindo o desembarque das tropas em solo paraguaio (GONÇALVES, 2009, p. 18).

Os erros na preparação da invasão do Paraguai teriam gerado animosidade entre os chefes militares do Brasil e da Argentina, reacendendo antigas disputas. A respeito disso, Doratioto argumenta:

A imobilidade da esquadra imperial e a permanência de Tamandaré em Buenos Aires, que se recusava a subir o rio Paraná enquanto não chegassem mais tropas e vapores, irritaram o ministro do Interior argentino, Guillermo Rawson. Este acreditava que Tamandaré tinha o objetivo deliberado de fazer uma demonstração de força, não para o inimigo, mas, sim, para os aliados. Suspeitava de um plano de "alguns estadistas" do Império para retardar a ação contra Solano López, pois o Brasil tinha condições financeiras de esperar "dois anos antes de tentar algo sério contra o Paraguai", enquanto sabia que "não podemos suportar esforços tão grandes, sem arruinar-nos financeira e politicamente". Às vezes, escreveu Rawson, parece que os brasileiros tinham a determinação "de fazer uma esplêndida ostentação de poder não contra o inimigo, mas sim [...] para seus aliados" (DORATIOTO, 2002, p. 202).

Nesse contexto, Doratioto expõe a visão de Tamandaré sobre o atraso no início da invasão, na qual ele argumenta:

Era outro, porém, o motivo da demora de Tamandaré em agir. Ele aguardava a chegada de mais navios, ao supor que um imponente aparato de forças aliadas, navais e terrestres, impressionaria os soldados inimigos e os levaria a abandonar Solano López. Ao mesmo tempo, Tamandaré apontava Mitre como o responsável pela demora na invasão do Paraguai, vendo no procedimento do comandante-em-chefe aliado aspirações no sentido de manter a influência argentina nas deliberações militares e nos ajustes de paz. O almirante brasileiro também temia que, por questões de política interna argentina, Mitre protelasse a invasão. Embora, até então, somente o próprio Tamandaré pudesse sofrer a acusação de falta de iniciativa, ele chegou a solicitar que se lhe confiasse a direção da guerra e se ordenasse que o Exército imperial invadisse o Paraguai. Tamandaré, tal qual outros homens públicos brasileiros, não confiava no aliado argentino e tinha como elemento adicional de antipatia o fato de ter lutado na guerra entre o Império e Buenos Aires, entre 1825 e 1828. José Antônio Saraiva, ministro dos Negócios Estrangeiros, não via motivos para essas desconfianças, mas se comprometeu a fazer "sentir" ao presidente argentino que os generais brasileiros tinham ordem para atravessar o rio Paraná e continuar a luta (DORATIOTO, 2002, p. 202).

Apesar de todos os contratempos, os aliados conseguiram êxito no desembarque das tropas, totalizando mais de 40 mil homens empregados nessa campanha, com a maioria sendo argentinos e brasileiros. Isso alterou o curso da guerra, forçando Solano López a adotar uma postura defensiva, com a ofensiva e o controle dos rumos da guerra passando para as mãos do Brasil e de seus aliados.

2.3.2. O impasse em Curupaiti e a reorganização do exército brasileiro

Após a tomada da fortaleza Curuzu, os aliados tinham como nova meta assumir outra fortaleza ao norte de sua nova posição: Curupaiti. Assim, em oito de setembro de 1866, Solano Lopez ordenou a formação de novas posições defensivas, deixando a tarefa a cargo do engenheiro militar britânico George Thompson (GONÇALVES, 2009, p. 30). Entre os dias 8 e 22 de setembro, foram construídas as defesas de Curupaiti. Durante esse período, Solano López solicitou uma reunião com os comandantes da Tríplice Aliança, incluindo Bartolomé Mitre, General Polidoro e Venâncio Flores. A reunião ocorreu em Itaití-Corá. No entanto, em respeito às deliberações do Império, o General Polidoro rejeitou o convite para se encontrar com Solano López. Isso resultou em um desentendimento entre o presidente paraguaio e Venâncio Flores sobre as causas do início da guerra, levando Flores a deixar as negociações no início. Assim, na reunião, apenas o comandante aliado e presidente argentino permaneceu. Esta reunião ocorreu em 12 de setembro de 1866, com a principal pauta sendo a possibilidade de um tratado de paz. Durante as discussões, Mitre concentrou-se em ouvir as deliberações do mandatário paraguaio, que expressou seu desejo de encerrar a guerra, manifestando sua insatisfação e preocupação com as futuras relações com o Brasil. Mitre argumentou que a única forma de alcançar a paz desejada por Solano López era através da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, mantendo uma postura firme e alinhada com um membro comprometido com os acordos firmados entre Brasil, Argentina e Uruguai (DORATIOTO, 2002, pp. 239 - 242).

O ataque às posições paraguaias em Curupaiti deveria ter ocorrido em 16 de setembro de 1866. No entanto, devido às negociações em Itaití-Corá e às chuvas intensas que castigaram o solo entre os dias 16 e 20 daquele mês, o início do ataque foi atrasado. Segundo Gonçalves (2009, pp. 30 – 31), com o objetivo de ganhar tempo para terminar a obra, López convidou Mitre (o presidente argentino e o comandante supremo aliado no Paraguai) para discutir um acordo de paz em uma conferência em Yataity-Corá, em 12 de setembro. Após a reunião, Mitre levou até o dia 14 para responder negativamente às propostas do presidente paraguaio. Além disso, as disputas políticas entre os comandantes aliados, mais do que militares, atrasaram o ataque à posição até 17 de setembro. No entanto, neste dia, uma forte chuva começou e durou até o dia 20, levando à decisão de esperar até que o terreno secasse um pouco. Assim, o ataque só ocorreu em 22 de setembro, um dia após os paraguaios concluírem suas novas defesas em Curupaiti.

Terminado o período de espera para que o campo entre Curuzu e Curupaiti secasse, Mitre, juntamente com seus generais aliados e com o apoio da esquadra brasileira liderada pelo Almirante Tamandaré, deu início ao ataque às doze horas do dia 22 de setembro. O plano de ataque consistia em três movimentos de tropas por terra. Foi decidido realizar um ataque frontal contra as defesas paraguaias, liderado por Bartolomé Mitre, enquanto tropas de cavalaria avançavam pelo flanco esquerdo das posições paraguaias, comandadas por Venâncio Flores. Além disso, houve uma demonstração de força das tropas da aliança que estavam na fortaleza Tuiuti, na retaguarda das linhas de frente, sob o comando do General Polidoro. A Esquadra Imperial, sob comando do Almirante Tamandaré, fornecia suporte de fogo de artilharia. O objetivo dessa manobra era cercar o inimigo, unindo as tropas que avançaram pelo flanco esquerdo das posições paraguaias aos atacantes que se dirigiram frontalmente contra Curupaiti (GONÇALVES, 2009, p. 31).

O ataque realizado contra as posições em Curupaiti não produziu os resultados esperados, resultando em uma dura derrota para a Tríplice Aliança, com milhares de baixas entre os aliados. Várias foram as causas dessa derrota em Curupaiti, e a falta de reconhecimento adequado do terreno é evidente nos estudos de Gonçalves (2009) e Doratioto (2002). Essa deficiência no reconhecimento geográfico custou a vida de milhares de soldados, que tiveram que avançar sobre posições das quais não tinham conhecimento prévio e marchar por terrenos encharcados pelas chuvas que antecederam a batalha de Curupaiti. Esse aspecto é abordado na clássica obra *A Arte da Guerra* do famoso general chinês Sun Tzu¹⁸ *A Arte da Guerra*, em que o autor afirmava a necessidade de se conhecer bem o local da batalha para alcançar a vitória. Conforme Sun Tzu:

Quem estiver anteriormente no campo de batalha e esperar a vinda do inimigo estará bem-disposto para a batalha; quem chegar depois no campo, tendo tido de se apressar para a luta, chegará exausto. Portanto, o combatente inteligente impõe sua vontade ao inimigo, mas não permite que o inimigo se imponha a ele. Ao manter a vantagem para si, ele pode fazer com que o inimigo se aproxime de acordo com sua vontade; ou, para prejudicá-lo, ele pode impossibilitar sua aproximação (SUN TZU, 2007, p.61).

A obra do general chinês foi escrita cerca de dois mil anos antes da Guerra do Paraguai, no entanto, suas contribuições são significativas, uma vez que se tornou uma referência importante na formação militar ocidental a partir do século XIX. Ela estava em consonância

¹⁸ Sun Tzu é reconhecido por sua notável obra "A Arte da Guerra". Nascido na China por volta do ano 544 a.C., foi um general que escreveu diversas lições sobre a natureza da guerra. Segundo ele, existem cinco itens fundamentais na preparação inicial para uma guerra: leis morais, tempo, espaço, comandante e método (SUN TZU, 2007, p. 1).

com a realidade em Curupaiti, onde os inimigos da Tríplice Aliança, cientes de que os aliados atacariam essas posições, construíram complexos defensivos mais elaborados, tornando impossível um ataque frontal apenas com tropas avançando. Assim, fazendo um paralelo com o livro de Sun Tzu, Gonçalves afirma que o desenho da trincheira principal apresentava reentrâncias, ao contrário de Curuzú, onde a trincheira era praticamente reta. Essas reentrâncias permitiam o tiro de enfiada, que é efetuado quando se está em uma posição altamente protegida e vantajosa em relação ao inimigo, que tem dificuldade em se proteger. Isso permitia atacar os invasores que eventualmente entrassem no fosso e se aproximassem da base do parapeito. Devido às chuvas ocorridas entre os dias 17 e 20, o terreno entre Curupaiti e Curuzú ficou encharcado, tornando a travessia uma verdadeira provação para os soldados aliados (GONÇALVES, 2009, p. 32).

Outras razões para a derrota foram levantadas pelos militares da Tríplice Aliança. Segundo o tenente-coronel Juan Beverina, parte do desastre em Curupaiti se deveu à ineficácia do bombardeio realizado pela Esquadra Imperial sob o comando do Almirante Tamandaré, que visava destruir os canhões a bordo dos navios da Marinha Imperial nas posições de Curupaiti. No entanto, Gonçalves (2009) contesta esse argumento de Juan Beverina, destacando as dificuldades enfrentadas pela Esquadra Imperial nessa batalha específica. Para Gonçalves;

O tenente-coronel Juan Beverina, por fim, deixa a culpa da derrota recair especialmente sobre a marinha imperial, cujo comandante, almirante Tamandaré, havia prometido arrasar, com a artilharia de grosso calibre a bordo de seus encouraçados, toda a área de Curupaiti, mas não poderia fazê-lo, segundo o militar e historiador, porque não dispunha de observação _ dado que dos navios da esquadra não era possível verificar os estragos naquele terreno tão elevado em relação ao rio _ e comunicações adequadas para tanto (GONÇALVES, 2009, p. 33).

Em um estudo recente, Ramon Vilas Boas Ferreira (2017) lista os elementos táticos defensivos que foram essenciais na defesa paraguaia. No cenário, tratava-se de uma região pantanosa com solo encharcado, onde trincheiras cortavam o terreno. Nessas trincheiras, fossos com profundidade de dois metros por quatro metros de largura se estendiam ao longo da primeira linha de defesa, reforçadas por linhas de abatizes, constituindo a espinha dorsal do sistema de defesa paraguaio. Nessas trincheiras estavam posicionadas centenas de armas, prontas para o esperado assalto aliado (FERREIRA, 2017, p. 55). Os aliados planejavam realizar um ataque frontal contra essas defesas paraguaias. Ferreira aponta uma das razões por trás da escolha de Mitre:

Estudante das “estratégias europeias”, Mitre decidiu, então, em um ataque frontal de baioneta com cerca de 17.000 homens, em seguida, simulou uma retirada para que o inimigo saísse em perseguição, depois virar e vencê-los fora do forte. O que não considerou Mitre, foi, em primeiro lugar, o chão lamacento depois de três dias de chuva que separavam a posição de seu inimigo, e em segundo lugar, que os paraguaios, em vez de ir atrás dos atacantes, olhou como estas refez o pântano com grande esforço. A tropa tinha que ir para o terceiro pântano tempo cheio de cadáveres de seu próprio exército para desalojar a “fortificação”, que terminou em tragédia (FERREIRA, 2017, p. 55).

A batalha de Curupaiti resultou em uma dura derrota para as forças da Tríplice Aliança, causando um elevado número de baixas entre brasileiros e argentinos, com mais de quatro mil homens perdidos. Esse evento levou à paralisação das operações militares no final de setembro de 1866, com as atividades em campo sendo retomadas apenas no ano seguinte. A interrupção ocorreu devido ao severo esgotamento dos recursos das tropas estacionadas em solo paraguaio, com uma parte considerável das tropas mortas ou doentes. Além disso, as más notícias do *front* se espalharam pela Argentina, resultando em diversas insurgências no final de 1866. Grupos federalistas contrários ao governo central assumiram o controle das capitais das províncias de San Juan, San Luis e parte da província de Catamarca. Diante desse cenário, Mitre solicitou auxílio ao governo brasileiro para enviar tropas e suprimir os levantes contra o governo central argentino. O Brasil, por sua vez, comprometeu-se a enviar tropas o mais rápido possível, incluindo a possibilidade de emancipação de escravos para obter o contingente necessário e fortalecer as tropas em solo paraguaio. No entanto, Mitre se viu diante de uma situação delicada, pois o emprego de tropas brasileiras em solo argentino poderia ter o efeito oposto ao desejado, possivelmente fortalecendo os movimentos de rebelião em todo o país (DORATIOTO, 2002, pp. 279-280).

Tal problema resultou na estagnação das operações, pois, somado às condições precárias das tropas, os contingentes argentinos redirecionados para suprimir rebeliões em seu país exerceram mais pressão sobre o império. Isso aumentou a responsabilidade das tropas brasileiras, que passaram a ter uma importância ainda maior, uma vez que quase metade das tropas argentinas se retiraram da batalha, enfraquecendo as forças da aliança e tornando o Exército Brasileiro a principal força de combate dentro da Tríplice Aliança (DORATIOTO, 2002, p. 280). Sem possibilidade de fazer novos avanços e com a troca de comando dos Corpos do Exército e da Esquadra Imperial, Caxias assumiu o comando dessas forças em 18 de novembro de 1866, ao chegar na base de operações aliadas sediada em Tuiuti. Ele se deparou

com as tropas em condições precárias¹⁷, não se limitavam apenas aos combatentes, mas também se estendia aos animais utilizados pela cavalaria. Muitos cavaleiros estavam desprovidos de seus cavalos de combate, resultado do período em que o General Osório liderava as tropas. Durante esse tempo, os animais se alimentavam de pastagem inadequada. No entanto, após assumir o comando, Caxias implementou melhorias significativas, introduzindo na dieta dos animais alimentos como alfafa e milho. Essa mudança não apenas melhorou a condição física dos animais, mas também refletiu na melhor eficiência das forças aliadas durante a Guerra do Paraguai.

A análise detalhada da estratégia aliada na Guerra do Paraguai revela uma série de desafios e sucessos que moldaram significativamente o curso do conflito. Iniciada com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1865, a estratégia inicial visava a invasão do Paraguai pelo curso do Rio Paraná, com a captura da fortaleza de Humaitá como objetivo principal. No entanto, a execução dessa estratégia enfrentou obstáculos significativos desde o início. A escolha do local de desembarque em Passo da Pátria foi estratégica, visando um avanço rápido em direção a Humaitá, mas enfrentou desafios logísticos e climáticos severos. A falta de preparação adequada, incluindo a deficiência em logística, comunicações e coordenação entre os comandantes aliados, exacerbou os problemas iniciais. A invasão, marcada pela tomada da ilha de Cabrita e os confrontos em Itapiru, destacou as condições adversas enfrentadas pelas tropas aliadas, incluindo o terreno hostil e as condições climáticas extremas que afetaram a saúde e o moral das tropas.

A batalha de Curupaiti foi um ponto crítico na guerra, onde as forças da Tríplice Aliança enfrentaram uma dura derrota devido a múltiplos fatores, incluindo a falta de reconhecimento adequado do terreno, a defesa habilidosa dos paraguaios e as condições climáticas desfavoráveis. O ataque frontal planejado contra as defesas paraguaias foi ineficaz, resultando em um elevado número de baixas entre os aliados. Além dos desafios militares, a guerra também evidenciou tensões políticas entre os aliados, particularmente entre Brasil e Argentina, que se refletiram nas estratégias e na coordenação das operações militares. A falta de confiança mútua entre os líderes militares e políticos frequentemente retardou as ações conjuntas, como demonstrado pela demora na execução de ataques decisivos contra o Paraguai.

Enquanto a estratégia inicial da Tríplice Aliança visava uma rápida derrota do Paraguai, a realidade da guerra revelou uma série de desafios que prolongaram significativamente o conflito. As lições aprendidas durante a Guerra do Paraguai influenciaram subsequentes doutrinas militares na região e destacaram a importância do planejamento cuidadoso, da coordenação eficaz entre os aliados e do conhecimento detalhado do terreno para o sucesso em operações militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação compreende que a Guerra do Paraguai provocou intenso debate nos círculos intelectuais, resultando na produção de numerosos artigos e na edificação de monumentos. Esse legado foi particularmente moldado pelos militares, que contribuíram significativamente para a construção de uma historiografia memorialística-militar-patriótica, destacando figuras heroicas como o Almirante Tamandaré e o Duque de Caxias, que se tornaram patronos da Marinha e do Exército, respectivamente. Desse modo, a história, como um processo dinâmico, é influenciada por diversos agentes. A historiografia da Guerra do Paraguai, especialmente em suas vertentes revisionista e neo-revisionista, busca melhorar a narrativa histórica ao trazer à tona sensibilidades que foram negligenciadas em produções anteriores, oferecendo novas perspectivas e possíveis respostas aos problemas do conflito.

A formação das forças de combate, incluindo a Guarda Nacional e o Exército Brasileiro, foi parte do esforço do Império do Brasil para alcançar a hegemonia política e militar. No entanto, províncias como Goiás careciam de infraestrutura básica e atividades econômicas que impulsionassem seu crescimento e desenvolvimento social. Os recursos do Tesouro, devido à guerra, foram desviados para manter e recrutar tropas, incluindo escravos alforriados.

Apesar dos esforços dos aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) para conduzir uma guerra rápida e de baixo custo, a invasão do Passo da Pátria já indicava a natureza prolongada do conflito. A guerra foi marcada por tropas de infantaria apoiadas por bombardeios de artilharia e pela Esquadra Imperial, enquanto os paraguaios se limitavam à defesa. Exceções em que a aliança esteve em posição defensiva foram raras, com a batalha de Curupaiti sendo um ponto de virada. A reformulação das forças da Tríplice Aliança foi parte de uma reestruturação estratégica em solo paraguaio. Apesar das tentativas de paz, como a programação de Iataiti-Corá, a guerra só terminaria com a rendição completa e incondicional.

Acreditamos que, ao analisar a documentação da época, especialmente as Atas do Senado, em diálogo com a historiografia, conseguimos contribuir para a compreensão das estratégias bélicas e diplomáticas, disputas políticas, recrutamento de soldados e o papel de Goiás no conflito entre 1864 e 1870. Este trabalho de conclusão de curso não esgota a investigação sobre o tema; ao contrário, ele nos motiva a continuar a pesquisa. Esperamos que o contato com novas produções historiográficas e fontes documentais nos leve a explorar novos caminhos nos estudos sobre a Guerra do Paraguai e a participação da província de Goiás nesse conflito.

REFERÊNCIAS

Fontes

ACERVO ARTÍSTICO DO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO - FORTE CAXIAS. Brasília: SGEx, 2018.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO: TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1865-1867. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf

DECRETO Nº 3371 DE 1865. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html#:~:text=Cr%C3%A7%C3%A3o%20Corpos%20para%20o%20servi%C3%A7o,vantagens%20que%20lhes%20fic%C3%A3o%20competindo>

TZU, Sun. *A arte da guerra*: Os 13 capítulos. tradução - Candido de Sampaio Bastos, Golden Books, São Paulo, 2007.

Estudos

AGÊNCIA FATOS E FOTOS NOTÍCIAS. *Prefeitura de Goiânia participa de homenagem ao Almirante Tamandaré*. AFFNOTÍCIAS, 2022. Disponível em: <https://affnoticias.com.br/prefeitura-de-goiania-participa-de-homenagem-ao-almirante-tamandare/>. Acesso em: 05/05/2024.

BATISTA, Igor Euzébio. *Goiás e a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTRO JÚNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro de. *Dimensões da cor e faces da política no Império do Brasil*: um estudo a partir da trajetória do Visconde de Jequitinhonha. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 16º ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876): *Revista Múltipla*, Brasília. 4 (6), p. 21 – 39, 1999.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra*: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, R. V. B. Operações de defesa paraguaia na Batalha da Tríplice Aliança: um enfoque em "Curupaity". *O Adjunto: Revista Pedagógica Da Escola De Aperfeiçoamento De Sargentos Das Armas*, 5(1), p. 51-57, 2017.

FERRER, F. C. S. *A (RE)ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA DO PARAGUAI*. Artigo científico publicado na: Revista Biblos, Rio Grande, p. 121-130, 2005.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura*. São Paulo: Record, 2004.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: Da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

GANDIA, Leonardo dos Reis. *À espera do Inimigo e do aliado: A Intervenção Brasileira contra oribe e rosas e as tensões militares e diplomáticas na aliança com Urquiza (1851-1852)*. *Anais do XVII Encontro Regional da História da Anpuh-PR*. Paraná, 2020.

GONÇALVES, L. J. C. *Tática do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai entre 1866 e 1868*. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp. Franca - SP, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

MAESTRI, Mário. As Espadas do Império. A Guerra do Paraguai e a Gênese de um Exército Nacional Profissional. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 19, n. 3, 2015, p. 981-1016, 2015.

MAESTRI, Mário. *Guerra contra o Paraguai: Da instauração à Restauração Historiográfica*. Revista Espaço Acadêmico, São Paulo, 2003.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Goiânia. Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, p. 7 - 28, 1993.

PARENTE, Paulo André Leira. *O Almirante Tamandaré através da Revista Marítima Brasileira: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950)*. v. 3 n. 6: Revista Navigator - Almirante Tamandaré, p. 59 - 68, 2020.

PEDROSO, Rodrigo Lirio. *A liderança de militar de Caxias na Guerra do Paraguai: Modelo de conduta para os novos comandantes de fração*. Trabalho de conclusão de curso, Escola de aperfeiçoamento de oficiais: Rio de Janeiro, 2021.

RAPOSO FILHO, Amerino. *Caxias e nossa doutrina militar*. BDEX, Rio de Janeiro, 1959.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SALLES, André Mendes. *A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas*

considerações. *Cadernos do Aplicação*. Porto Alegre, jan.-dez. 2014/2015, v. 27/28 | p. 29-41.

SOUZA FILHO, José Atanásio. A Organização das Forças Militares na Província de Goiás, no contexto da Guerra do Paraguai, entre 1865-1867: batalhões em marcha e logística de guerra. *Anais do 20º Encontro de História da Anpuh-Rio*, 2022.

SOUZA FILHO, José Atanásio. A Província de Goiás e a Guerra do Paraguai, 1865 - 1870: pesquisa em história cultural e representação, dos documentos oficiais à literatura de ficção. *Anais do XI Encontro Regional de História Anpuh-GO*, 2015.

STRAIOTO, Samuel. *Praça Tamandaré: dos rachas a centro comercial*. Sagres Online, 2023. Disponível em: <<https://sagresonline.com.br/praca-tamandare-dos-rachas-a-centro-comercial/>>. Acesso em: 05/05/2024.

TRAVERSO, Enzo.: *O passado, modos de usar* – História, memória e política. Lisboa: Edições UNIPOP, 2012.